

# Padrões de crescimento dos países em desenvolvimento na década de 80\*

ROBERT LYNN\*\*

FRANCIS DESMOND MCCARTHY\*\*

*Este trabalho analisa o desempenho econômico dos países em desenvolvimento durante a década de 80, em particular durante os últimos dois anos. A taxa média de crescimento do PIB nos países em desenvolvimento atingiu 4,1% no período 1980/88, que é superior à observada para os países industriais. Um grupo de economias dinâmicas, notadamente da Ásia, apresentou excelente desempenho, mas infelizmente muitos países, sobretudo ao sul do Saara, na África, regrediram durante o período. Em geral, os países altamente endividados permaneceram estagnados. Os pontos críticos relacionados às políticas domésticas incluem a taxa de investimento e a estabilidade dos incentivos e da taxa de câmbio real efetiva, enquanto os fatores externos mais importantes incluem a perspectiva de recuperação da economia mundial, os termos de troca e a capacidade do país para ajustar seu perfil de exportações de forma a conseguir participação nos mercados da OCDE. O desempenho dos investimentos está condicionado pela necessidade de pagamentos do serviço da dívida externa, bem como pela capacidade de propiciar um clima favorável à poupança doméstica.*

## 1 — Introdução

Com a proximidade do final da presente década, parece apropriado avaliar o desempenho dos países em desenvolvimento nesse período. No início da década, vários países pareciam estar se recuperando das condições realmente difíceis da década de 70, quando os choques do petróleo impuseram pesados tributos a muitos países importadores do produto. Os preços das *commodities* (inclusive as não-petróleo), contudo, estavam num pico em 1980 (1981, no caso do petróleo) e, por isso, alguns países em desenvolvimento tinham expectativas otimistas. Alguns realmente conseguiram progresso substancial durante este período, enquanto outros foram capazes de tirar vantagem do crescimento acelerado dos países da OCDE nos anos recentes. O crescimento médio dos países em desenvolvimento foi de 4,1% ao ano entre 1980 e 1988, taxa superior à dos países industriais. Contudo, quando a China e a Índia

Nota do Editor: Tradução não revista pelos autores.

\* Os autores gostariam de agradecer a Bela Balassa, Paul Armington, Shahrokh Fardoust, Ashok Dhareshwar e a equipe do Iecap, por seus comentários sobre uma versão anterior deste trabalho. A versão final foi preparada por Milagros Divino.

\*\* Da Divisão de Análise Econômica Internacional e Perspectivas, do Banco Mundial.

são excluídas, o PIB real *per capita* do grupo de países permanece constante. Uma pergunta interessante, sem dúvida, seria a respeito das causas dos sucessos e dos fracassos e sobre as possíveis lições para a próxima década.

O presente artigo examina na Seção 2 o desempenho econômico recente dos países em desenvolvimento.<sup>1</sup> Isto se torna mais fácil ao dividir os países em três grupos de características distintas: economias dinâmicas, especialmente na Ásia; as altamente endividadas, geralmente estagnadas, da América Latina; e os países em retrocesso, tipicamente da África. Numa tentativa de assimilar os diferentes desempenhos desses grupos, o artigo começa por considerar fatores tais como comércio internacional e financiamento, na Seção 3. Parte-se daí para examinar na Seção 4, os fatores domésticos, dentre os quais se distinguem o investimento, as políticas monetária e fiscal e a taxa real de câmbio. Discute-se na Seção 5 um procedimento alternativo, ainda que complementar, através da análise das fontes de crescimento. Os testes estatísticos são apresentados na Seção 6, geralmente corroborando as conclusões das seções anteriores. O trabalho encerra-se com uma rápida avaliação de certos fatores que provavelmente serão críticos para as perspectivas de desenvolvimento da próxima década, apontando-se, ainda, temas que devem merecer atenção.

## 2 — Panorama do desempenho recente

As Tabelas 1 e 2 mostram o padrão genérico de crescimento dos países em desenvolvimento.<sup>2</sup> Nota-se que a taxa média de crescimento dos 90 países da amostra foi de 6,4% ao ano no período 1965/73, anterior ao primeiro choque do petróleo. A taxa caiu para 5,3% nos demais anos da década de 70 e para 4,1% entre 1980 e 1983. O clima externo, em geral favorável, pode levar a alguma melhoria nos dois últimos anos da presente década. Estima-se que o crescimento do PIB dos países da amostra seja de 5,1% em 1988, cerca de 0,7 ponto de porcentagem acima da estimativa para 1987. Tal desempenho, agregado, mascara as agudas diferenças entre regiões e, *a fortiori*, entre países.

A Ásia, com crescimento de 7,3% ao ano entre 1980 e 1988, foi a região de melhor desempenho, embora alguns países, como Bangladesh e Nepal, não tenham participado de tal abundância. A alta taxa regional de crescimento deveu-se, principalmente, aos 10,4% de crescimento da China, bem como ao continuado bom desempenho dos países de industrialização recente, que cresceram 7,9%. Os países do Sudeste Asiático, exceto as Filipinas, também tiveram taxas elevadas de crescimento. A taxa de crescimento da África ao sul do Saara continuou com sua tendência declinante que vem desde a década de 60, embora o peso excessivo (e indevido) atribuído à Nigéria acentue tal

<sup>1</sup> A perspectiva a curto prazo para os países em desenvolvimento é discutida em documento recente do World Bank (1989).

<sup>2</sup> A classificação de países adotada neste trabalho aparece no Apêndice.

TABELA 1

## Taxas reais de crescimento do PIB: países em desenvolvimento — 1965/88

	Taxas anuais de crescimento						Participação percentual			
	1965/73	1973/80	1980/88	1986	1987	1988	1965	1970	1980	1988
Amostra de 90 países	3,4	5,3	4,1	4,9	3,4	5,1	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Por regiões do Banco</i>										
África ao sul do Saara <sup>a</sup>	6,1	3,2	0,5	3,2	-1,5	2,9	11,5	10,5	9,3	7,1
Nigéria	9,3	3,5	-1,3	2,3	-4,9	5,1	5,3	5,0	4,8	3,2
Outros da África ao sul do Saara	4,3	2,9	2,2	3,9	1,0	1,1	6,2	5,5	4,5	3,9
Oriental e Meridional	4,3	1,8	1,9	3,7	3,3	2,2	3,7	3,3	2,5	2,2
Ocidental	4,3	4,3	2,4	4,1	-1,8	-0,2	2,5	2,2	2,6	1,7
Ásia	6,6	6,0	7,3	6,7	7,4	8,6	35,4	36,6	37,2	47,3
China	7,3	5,4	10,4	7,9	9,4	11,0	12,1	12,4	13,3	20,6
Índia	4,0	4,7	5,1	4,4	2,5	8,4	10,7	10,0	8,0	8,8
Países de industrialização recente	9,9	9,1	7,9	10,5	11,4	9,3	4,1	4,8	6,8	8,9
Outros	6,2	5,8	3,5	3,4	4,5	5,0	8,4	8,4	9,2	9,0
EMENA, inclusive Paquistão	6,6	5,9	3,3	3,8	2,6	2,9	16,0	16,1	16,5	15,5
América Latina e Caribe	6,4	5,2	1,6	3,6	2,7	1,2	32,5	32,2	33,2	27,2
Brasil	9,6	6,8	3,4	8,0	3,0	1,0	7,7	8,3	11,1	9,9
Outros	5,3	4,6	0,7	1,2	2,5	1,3	24,7	23,9	22,1	17,2
<i>Por grupos de renda</i>										
Países de renda baixa	5,5	4,6	7,6	6,4	6,7	9,2	30,4	30,2	28,7	34,5
Grandes	6,1	4,9	8,6	6,8	7,2	10,2	22,8	23,4	21,3	29,4
Pequenos	3,4	3,4	3,3	4,6	4,0	3,6	7,6	6,8	5,3	5,0
Países de renda média	5,8	5,6	2,7	4,1	3,4	3,1	69,6	69,8	73,3	65,5
<i>Por grupos mistos</i>										
Exportadores de manufaturados <sup>b</sup>	7,4	5,9	6,5	7,3	6,5	7,3	40,2	42,0	44,7	52,8
Exportadores de produtos primários (exceto petróleo)	5,2	4,2	2,6	4,1	4,0	3,7	34,5	33,3	29,5	26,4
Exportadores de petróleo <sup>c</sup>	5,5	5,6	1,2	0,7	0,4	1,7	25,4	24,7	25,9	20,9
Países altamente endividados <sup>d</sup>	6,6	5,2	1,3	3,5	1,7	1,8	42,0	41,5	42,5	34,0
Todos em desenvolvimento (exceto os de industrialização recente)	6,2	5,1	3,8	4,4	3,8	4,8	95,9	95,2	93,4	91,1
Todos em desenvolvimento (exceto China e Índia)	6,5	5,4	2,7	4,2	3,4	3,1	77,2	76,6	78,7	70,5

Fonte: Bird, Departamento de Economia Internacional.

<sup>a</sup> Exclui a África do Sul.

<sup>b</sup> Inclui Brasil, China, Hong-Kong, Índia, Israel, Coreia, Portugal, Cingapura, Taiwan e Jugoslávia.

<sup>c</sup> Inclui Argélia, Camarões, Congo, Equador, Egito, Gabão, Indonésia, México, Nigéria, Síria, Trinidad e Venezuela.

<sup>d</sup> Inclui Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa do Marfim, México, Marrocos, Nigéria, Peru, Filipinas, Venezuela, Jugoslávia, Uruguai, Equador, Bolívia, Costa Rica e Jamaica.

TABELA 2

*Taxas reais de crescimento do PIB per capita: países em desenvolvimento — 1965/88*

	Taxas anuais de crescimento						Participação percentual			
	1965/73	1973/80	1980/88	1986	1987	1988	1965	1970	1980	1988
Amostra de 80 países	3,8	2,1	2,1	2,8	2,4	3,9	100,0	119,1	163,6	191,8
<i>Por regiões do Banco</i>										
África ao sul do Saara <sup>a</sup>	3,3	6,4	-2,6	-0,1	-4,7	-0,4	100,0	106,2	124,9	101,3
Nigéria	5,7	1,0	-4,5	-1,1	-7,8	1,6	100,0	111,2	144,2	99,9
Costas da África ao sul do Saara	1,5	-0,1	-0,9	0,6	-2,2	-2,1	100,0	106,0	111,5	123,6
Oriental e Meridional	1,4	-1,1	-1,1	0,4	0,0	-1,0	100,0	104,7	102,8	95,7
Occidental	1,7	1,5	-0,6	1,0	-4,7	-3,2	100,0	108,6	126,3	118,1
Ásia	4,0	4,0	5,5	4,9	5,5	7,0	100,0	123,2	174,5	263,3
China	5,0	3,8	9,0	6,4	7,9	9,4	100,0	130,7	186,0	356,6
Índia	1,5	1,6	3,0	2,4	0,5	6,3	100,0	112,0	122,5	157,5
Países de industrialização recente	7,4	7,1	6,3	9,1	10,0	6,9	100,0	138,3	272,9	447,2
Outros	3,7	4,3	1,3	1,2	2,2	2,8	100,0	119,8	177,2	200,9
EMENA, inclusive Paquistão	4,1	3,3	0,8	1,4	0,1	0,4	100,0	121,0	167,3	176,7
América Latina e Caribe	3,7	2,8	-0,6	1,4	0,5	-0,9	100,0	117,5	162,8	163,6
Brasil	6,9	4,3	1,7	5,9	0,9	-1,0	100,0	127,3	231,9	239,7
Outros	2,6	2,0	-1,5	-1,0	0,3	-0,9	100,0	114,2	141,1	172,0
<i>Por grupos de renda</i>										
Países de renda baixa	2,8	2,5	5,7	4,4	4,7	7,1	100,0	117,9	144,1	220,7
Grandes	3,5	3,0	6,9	5,0	5,5	8,4	100,0	121,8	156,0	260,1
Pequenos	0,7	0,7	0,5	1,7	1,1	0,7	100,0	106,2	100,0	113,0
Países de renda média	4,3	3,1	0,3	1,9	1,1	0,8	100,0	118,9	170,4	174,7
<i>Por grupos mistos</i>										
Exportadores de manufaturados <sup>b</sup>	4,8	4,0	4,8	5,5	4,7	5,5	100,0	124,8	186,3	265,7
Exportadores de produtos primários (exceto petróleo)	2,5	1,6	0,0	1,5	1,4	1,1	100,0	114,7	135,0	135,9
Exportadores de petróleo <sup>c</sup>	3,9	2,9	-1,4	-1,9	-2,1	-0,9	100,0	116,0	160,4	144,7
Países altamente endividados <sup>d</sup>	4,0	2,7	-1,1	1,2	-0,7	-0,6	100,0	117,2	161,0	147,3
Todos em desenvolvimento (exceto os de industrialização recente)	3,6	2,8	1,8	2,3	1,7	2,7	100,0	118,3	159,2	182,0
Todos em desenvolvimento (exceto China e Índia)	3,9	2,9	0,2	1,7	0,9	0,6	100,0	118,4	162,0	155,5

FORNTE: Bird, Departamento de Economia Internacional.

<sup>a</sup> Exclui a África do Sul.

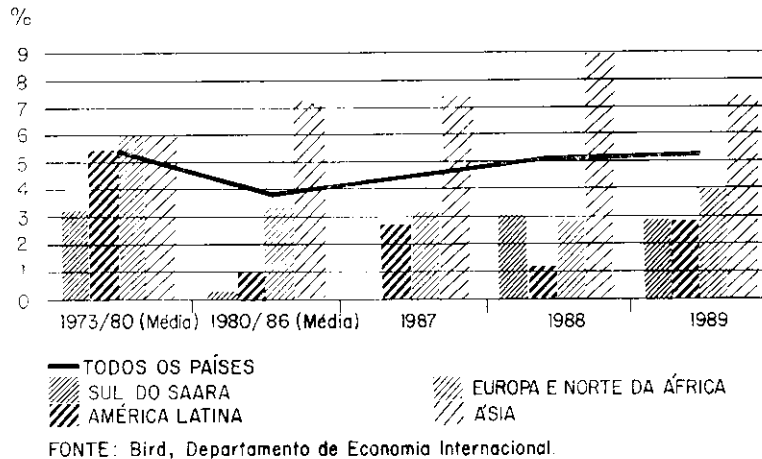
<sup>b</sup> Inclui Brasil, China, Hong-Kong, Índia, Israel, Coreia, Portugal, Cingapura, Taiwan e Jugoslávia.

<sup>c</sup> Inclui Argélia, Camarões, Congo, Equador, Egito, Gabão, Indonésia, México, Nigéria, Síria, Trinidad e Venezuela.

<sup>d</sup> Inclui Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa do Marfim, México, Marrocos, Nigéria, Peru, Filipinas, Venezuela, Jugoslávia, Congo, Equador, Bolívia, Costa Rica e Jamaica.

GRÁFICO 1

### Taxas de Crescimento dos Países em Desenvolvimento, por Regiões – 1973/89



tendência.<sup>3</sup> A aparente retomada do crescimento desse grupo de países em 1988 pode ser atribuída ao crescimento de 5,1% da Nigéria; o restante da África ao sul do Saara teve, em 1988, taxa de crescimento de 1,1%, significando queda *per capita* de 2,1% ao ano. O crescimento médio anual da EMENA\* foi de 3,3% nesta década, bem abaixo dos 6,5% anteriores ao primeiro choque do petróleo ou dos 5,9% atingidos na década de 70. A deterioração regional mais notável ocorreu na América Latina, que teve crescimento médio de 1,6% na presente década, após obter 6,4% no período anterior ao choque e 5,2% entre 1973 e 1980.

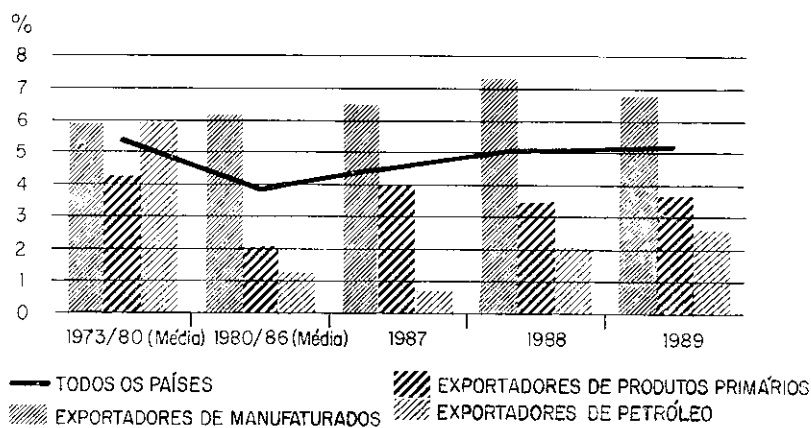
Uma questão interessante é procurar as razões para diferenças de crescimento tão grandes e tentar extrair informações úteis da experiência recente, a fim de ajudar os formuladores de política na próxima década. Dennison (1967) discutiu esta mesma questão em relação a períodos anteriores e, com isso, gerou

<sup>3</sup> O ano-base usado no cálculo das agregações regionais do crescimento real do PIB foi 1980, que marcou o pico do preço do petróleo, levando a dar peso exagerado aos países exportadores de petróleo.

\* Inclui países da Europa, Oriente Médio e Norte da África (ver Apêndice, Tabela A.1). (N. do E.)

GRÁFICO 2

### Taxas de Crescimento dos Países em Desenvolvimento por Principal Produto de Exportação — 1973/89



FONTE: Bird, Departamento de Economia Internacional.

uma detalhada contabilidade do crescimento, apta a analisar o desempenho de países, caso a caso. Ele, contudo, restringiu sua análise a alguns países industrializados. Dever-se-ia, idealmente, examinar com cuidado as circunstâncias particulares que afetam cada país, antes de responder tais questões. O presente trabalho, na verdade, aplica o tipo de metodologia usada por Dennison, ao agregar os países subdesenvolvidos, como se vê na Seção 5. Alguns fatores, no entanto, devem ser considerados em níveis mais agregados. Investimento, comércio exterior, estabilidade dos incentivos e dívida externa parecem ser as chaves para as diferentes taxas de crescimento, embora seja difícil estabelecer a direção da causalidade.

No período 1980/87, a maior parte dos países com bom desempenho investiu cerca de 25% do PIB, enquanto os países situados no final da lista apresentaram, com frequência, taxas de investimento abaixo de 15% do PIB. Os exportadores de manufaturados saíram-se especialmente bem. Tiveram mais sucesso ainda aqueles que foram capazes de tirar vantagem do drástico aumento das exportações americanas em 1984, 1985 e 1986 e do *boom* asiático — liderado pelo Japão — que veio depois. Os países da América Latina e da África ao sul do Saara não conseguiram o crescimento que deles se esperava nos anos recentes e, para a maioria deles, 1988 continuou sendo mais um ano de estag-

nação, de queda adicional do padrão de vida e de maiores despesas com a dívida externa.

Variáveis macroeconômicas selecionadas são apresentadas na Tabela 3, que mostra médias não ponderadas dos vários indicadores, com os países agrupados por região. Observa-se um interessante padrão: os países com taxas de investimento elevadas conseguiram crescer mais rápido do que aqueles com taxas mais baixas, tanto no período 1980/87 quanto em 1988. As taxas mais altas de investimento devem ter dado aos países certo grau de flexibilidade para que eles adotassem políticas agressivas de promoção de exportações. A elevada correlação entre taxas de investimento e promoção de exportações (participações crescentes no mercado — crescimento do volume exportado menos crescimento do comércio mundial) sugere tal interação.

Uma política de promoção de exportações é geralmente acompanhada por políticas cambial e fiscal que procurem baixar e estabilizar a taxa de inflação, o que assegura que as taxas de câmbio reais efetivas (taxas de câmbio ponderadas pelo comércio e ajustadas pelos diferenciais de inflação) sejam ajustadas para menos. Isto fica evidente na Tabela 3, onde se pode observar que todas as regiões apresentaram tendência declinante de suas taxas de câmbio reais efetivas (CTCRE). As desvalorizações cambiais, contudo, podem aumentar as pressões inflacionárias, que, na ausência de políticas apropriadas, podem anular a tendência declinante da TCRE ao longo do tempo. Tais oscilações aumentarão o desvio-padrão do índice da TCRE em relação à média, resultando num coeficiente de maior variação (desvio-padrão dividido pela média). Assim sendo, a estabilidade dessa variável é uma medida adequada da determinação do governo em aplicar políticas prudentes em relação à economia interna, em combinação com uma política cambial que incentive as exportações.

TABELA 3

*Médias de variáveis macroeconômicas básicas — 1980/87<sup>a</sup>*

(Em %)

	I/PIB	BS/PIB	TCRE	CTCRE	EXP	TOT	GR	GR88
34 países em desenvolvimento	19,1	-7,0	0,1567	-3,0	-1,4	-1,8	2,4	2,8
África ao sul do Saara	17,7	-12,4	0,1746	-3,7	-2,7	-2,3	2,3	2,2
Ásia	23,0	1,8	0,1038	-2,9	2,4	1,1	4,7	5,7
Europa, Oriente Médio e Norte da África	23,2	-12,0	0,0962	-2,2	1,4	0,4	3,7	3,3
América Latina e Caribe	16,2	-0,1	0,1993	-2,6	-3,6	-2,2	0,4	1,2
Países altamente endividados	16,1	1,2	0,2137	-6,0	-2,4	-2,8	0,7	2,5

FONTE: Bird, Departamento de Economia Internacional.

<sup>a</sup> Médias anuais não ponderadas do período 1980/87.

NOTA: As siglas que encabeçam as colunas significam:

I/PIB — taxa de investimento;

BS/PIB — relação entre as exportações líquidas de bens e serviços não-fatores e o PIB;

TCRE — estabilidade da taxa de câmbio real efetiva (desvio-padrão/média);

CTCRE — crescimento de tendência da TCRE;

EXP — esforço exportador (crescimento da exportação de mercadorias menos o crescimento do comércio mundial);

TOT — variação das relações de troca (preços das exportações/preços das importações);

GR — crescimento real do PIB; e

GR88 — crescimento real do PIB em 1988.

Na próxima seção são analisados os fatores externos, incluindo-se aí especialmente as questões de comércio e financiamento; a seção seguinte trata dos fatores internos, com ênfase especial sobre o investimento e o arcabouço de política.

### 3 — Fatores externos

O comércio mundial de mercadorias cresceu, na década de 80, a uma taxa real média de 4% ao ano, ainda que com grandes variações de um ano para outro. A capacidade dos diversos grupos de países para se beneficiar de tal crescimento variou substancialmente, dependendo não só do grau com que os países conseguiram defender sua fatia de mercado e da evolução dos preços de seus principais produtos, como também da composição das exportações e da capacidade dos países para alterarem sua estrutura de exportações.

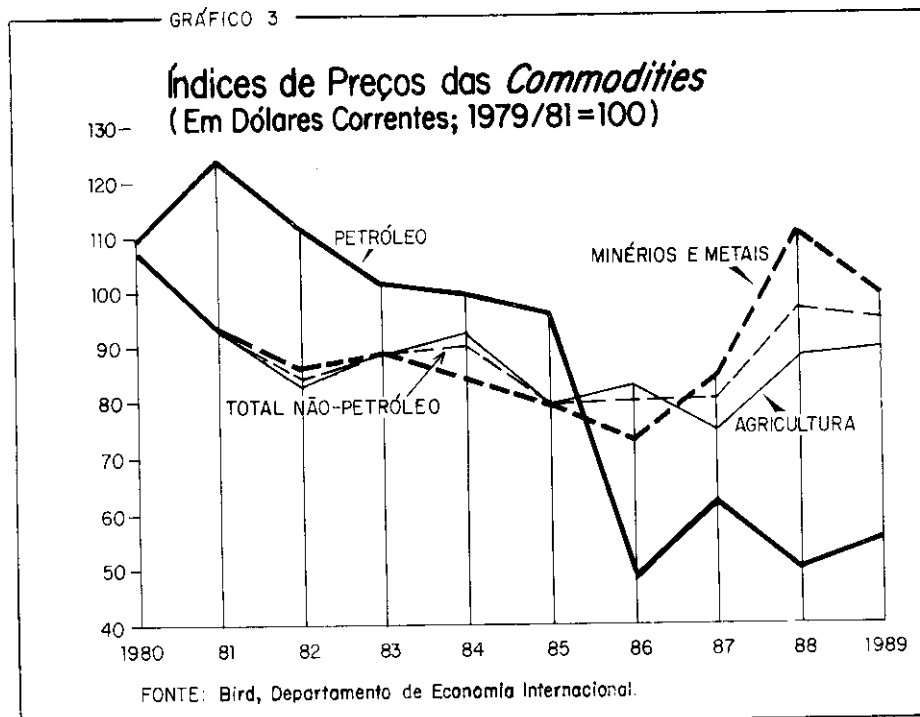
Os preços das *commodities*, que cresceram firmemente nas décadas de 60 e 70, caíram 25% nos anos 80 e, recentemente, tiveram altas violentas. O preço em dólares correntes de 33 *commodities* — exceto petróleo — cresceu 20% em 1988, após ter declinado<sup>4</sup> entre 1980 e 1987 (cf. Gráfico 3). Apesar dos ganhos recentes, o preço real das *commodities* (exceto petróleo) estava, ao final de 1988, cerca de 30% abaixo do nível de 1980, o qual já era 10% inferior ao de 1965 (cf. Gráfico 4). Para explicar tal queda, são apresentadas várias razões, desde as mudanças tecnológicas até as alterações no padrão internacional de crescimento. Trabalho recente de Duncan (1988) dá ênfase aos fatores cíclicos. Espera-se que os níveis atuais de preço de diversas *commodities* mantenham-se ao longo de 1989. A alta recente atingiu virtualmente todos os grupos de bens, exceto cacau e café, que em outubro de 1988 tinham preços reais 40% abaixo dos observados em 1980. Nesse grupo, o café robusta, tradicionalmente produzido por alguns países africanos, apresenta uma demanda bastante inelástica, tendo poucas possibilidades de melhorias.

Para alguns minérios e metais, a situação da oferta foi apertada em 1988 e início de 1989. Dessa forma, um crescimento acima de 3% dos países da OCDE — não muito provável, mas possível — empurraria a curto prazo os preços para cima (em termos reais, estes continuam 20% abaixo dos níveis de 1980). O preço do petróleo, após a espetacular alta de 170% entre 1973 e 1980, teve queda de 12% nos anos 80, devido ao fato de os países da Opep não terem repetido o nível de disciplina que lhes proporcionou grandes ganhos na década de 70. O recente acordo da Opep sugere que o preço do

<sup>4</sup> O poder de compra das exportações também foi minado pelas altas de preços das importações. Uma vez que as importações desses países têm elevado conteúdo de manufaturados, seu preço é medido pelo índice do valor unitário dos manufaturados (VUM) em dólar, que é uma soma ponderada dos manufaturados do grupo G-5. O índice VUM (em dólar) para 1988 subiu cerca de 6,4%, consolidando as altas de 1986 e 1987.

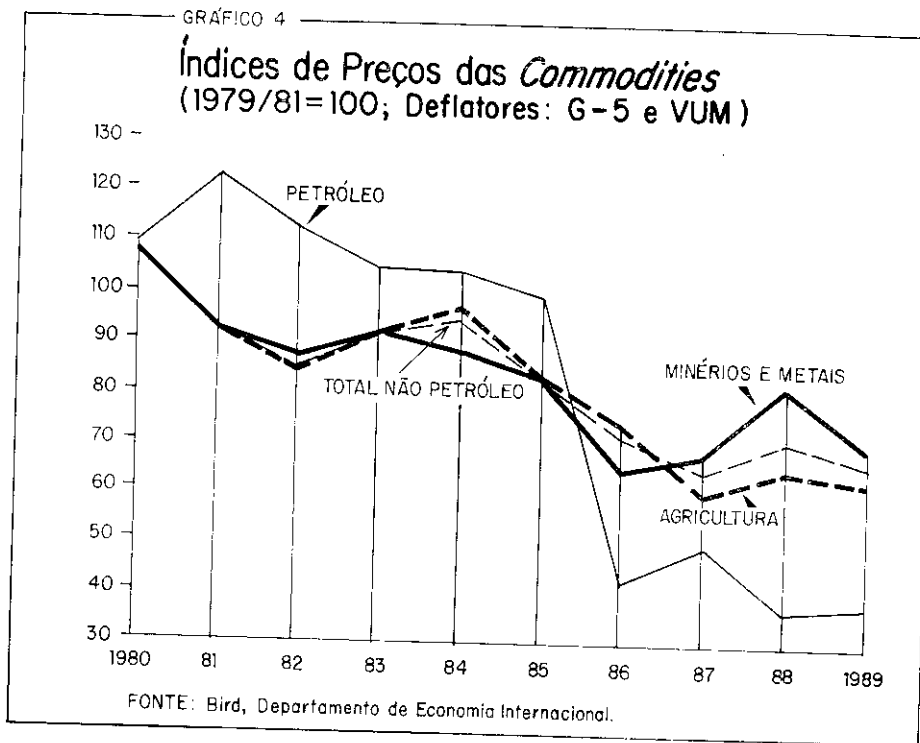


GRÁFICO 3



petróleo, que caiu para o nível de US\$ 10-11 por barril no final de 1988, deve situar-se acima de US\$ 15 em 1989 (ex Rotterdam; acima de US\$ 18 no caso do Texas); o nível de US\$ 15 por barril permitiria aos países exportadores certa recuperação em relação aos preços deprimidos dos anos recentes. Contudo, dada a relativa inelasticidade da demanda, os esperados aumentos da oferta de países não-membros da Opecp deverão pressionar os preços para baixo. Quando se consideram os conflitos internos da Opecp, surge a possibilidade de arrefecimento do nível de preços no segundo semestre de 1989; contudo, novos choques de oferta, como os da Noruega, do Alasca e da Califórnia, poderiam neutralizar essa tendência.

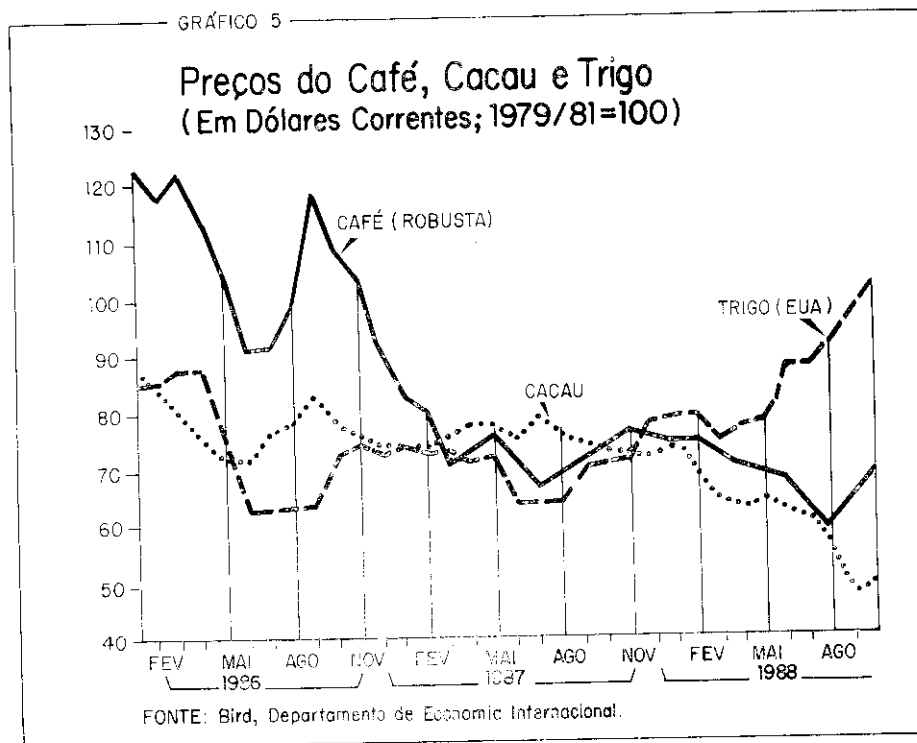
As relações de trocas para o conjunto dos países em desenvolvimento deterioraram-se durante os anos 80 a uma taxa média de 1,9%, como mostra a Tabela 5. Isto reverteu a tendência anterior, de ganhos (embora aí tenham pesado as exportações de petróleo), que atingiu 2,5% ao ano entre 1965 e 1973 e 1,4% no período 1973/80. As perdas foram mais pesadas para a América Latina e a África ao sul do Saara, onde atingiram, respectivamente, 3,3 e 5,1% (médias anuais do período 1980/87). Esta tendência modificou-se em 1988, como reflexo dos preços mais altos das *commodities* exclusive petróleo, dos minérios e dos produtos metálicos, e, por outro lado, houve queda do preço



do petróleo. Por isso, os exportadores de petróleo perderam 17% em suas relações de trocas em 1988. Preços mais altos para o petróleo em 1989 devem reverter novamente a tendência, embora sem anular inteiramente as mudanças de 1988.

A capacidade de cada país manter ou ampliar sua fatia de mercado reflete a eficiência em mobilizar (e usar) recursos domésticos de uma forma internacionalmente competitiva. A comparação entre o crescimento do volume exportado por cada grupo de países em desenvolvimento e a média para todos os países em desenvolvimento é suficiente para ilustrar este ponto. Os países que exportam principalmente manufaturados conseguiram contínuos aumentos de sua fatia de mercado (dentro do conjunto de países em desenvolvimento), tanto no período anterior ao primeiro choque do petróleo (1965/73), como entre os dois choques (1973/80) ou, ainda, nos anos 80. Os exportadores de petróleo, por sua vez, parecem ter sido atacados pela "síndrome holandesa" (*dutch disease*), tendo perdido sua fatia do mercado das outras exportações devido aos preços mais altos para o petróleo.

Ao mesmo tempo, os preços altos e as medidas de conservação de vários países industriais levaram à queda do consumo de energia. Outros exportadores de bens primários, da mesma forma, tiveram aumentos de suas



exportações inferiores ao agregado dos países em desenvolvimento. O maior crescimento das exportações dos exportadores de manufaturados pode ter sido devido às ligações do comércio desses países com os países industrializados. Desde 1973, os países industrializados da América do Norte e do Pacífico cresceram muito mais rápido do que os países europeus, não sendo de surpreender que países como a Coreia, a China e Cingapura, que têm os maiores vínculos com esse continente, tenham aumentado sua fatia de mercado em relação aos demais países em desenvolvimento, embora as importações japonesas da maioria dos demais países em desenvolvimento tenham crescido um pouco até recentemente.

Os exportadores asiáticos de manufaturados, ao lado do Brasil, tiveram maiores benefícios do que os outros países em função de suas ligações com os centros industrializados de crescimento rápido. Contudo, a maior parte da explicação para o desempenho superior dos exportadores asiáticos deve-se a fatores do lado da oferta. O pior desempenho foi o dos países africanos produtores de bens primários. A EMENA parece ter-se beneficiado da expansão dos mercados dos países do Golfo, como o Kuwait e a Arábia Saudita. Tal padrão tornou-se evidente nos anos recentes, na medida em que países

TABELA 4

*Preços das commodities*  
(Variações em pontos percentuais, em US\$)

	1965/73	1973/80	1980/85	1986	1987	Preliminares	
						1988	1989
Preço do petróleo	106,4	172,2	-12,5	-49,4	-27,4	-18,6	10,7
Índice de 33 commodities, exceto petróleo	69,9	82,1	-26,0	0,9	-0,1	18,9	-1,6
<i>Componentes do índice</i>							
Agricultura	75,4	81,6	-25,3	3,5	-9,3	17,2	1,7
Alimentos	78,8	81,0	-23,4	5,1	-15,0	21,2	2,9
Cereais	118,3	27,2	-29,7	-12,7	-5,5	35,4	0,8
Gorduras e óleos	112,0	11,7	-23,7	-12,7	18,4	36,6	-4,3
Não-alimentos	63,4	94,5	-32,7	-8,9	22,0	7,4	-2,3
Madeira	107,7	187,9	-30,4	11,1	46,4	38,4	7,4
<i>Minérios e metais, exceto aço</i>							
Aço	32,3	70,2	-22,4	-7,8	14,9	31,2	-10,1
Alumínio	35,9	160,9	-35,8	13,5	27,5	49,3	-12,5
Cobalto	38,5	22,2	-35,1	-3,0	29,6	35,7	-27,7
Zinco	173,6	-19,6	2,9	-3,7	6,0	37,1	-11,4
Níquel	94,4	93,3	-24,9	-20,8	25,5	162,1	-35,3
<i>Elementos de cálculo</i>							
VIM (em dólares) <sup>a</sup>	54,7	115,5	-4,1	18,3	9,8	6,4	8,2
Preços reais das commodities, exceto petróleo <sup>b</sup>	4,3	-15,4	-22,8	-14,7	-9,1	12,7	-9,1
Preços reais do petróleo <sup>b</sup>	35,1	423,0	-8,7	-57,3	16,1	-23,5	2,3

FONTE: Bird, Departamento de Economia Internacional.

<sup>a</sup> Índice do valor unitário dos manufaturados (VUM) dos países do G-5, expresso em dólares.

<sup>b</sup> Deflacionado pelo VUM.

com elevado conteúdo de manufaturados em suas exportações e aqueles que conseguiram lançar uma base nos mercados americanos e asiático foram os que mais se beneficiaram com o comércio, conforme mostra a Tabela 5. Estes países prepararam o terreno na década de 70, ao investirem pesadamente e ao adotarem políticas favoráveis às exportações. Um grupo de países asiáticos de industrialização recente — Hong-Kong, Coreia, Cingapura e Taiwan — teve sucesso em relação às duas condições acima. A América Latina, por sua vez, não foi capaz de tirar vantagem do *boom* da OCDE, pelas seguintes razões: níveis de investimento baixos — e algumas vezes ineficientes; graves processos inflacionários, parcialmente em função de seus problemas de dívida; e, por fim, políticas inadequadas de incentivos. A ausência de um sistema consistente de incentivos pode ser notada através da relativa instabilidade da TCRE, assinalada acima e mostrada na Tabela 3. A participação da região nas exportações mundiais caiu de 15% em 1958 para 5% em 1988. O grupo de países africanos ao sul do Saara, com seu comércio concentrado em *commodities*, teve a menor razão investimento bruto/PIB; se os níveis de investi-

TABELA 5

*Relações de troca e crescimento dos volumes de exportação e importação:  
países em desenvolvimento — 1965/87*

	Relações de troca				Volume exportado				Volume importado			
	1965/73	1973/80	1980/87	1988 <sup>a</sup>	1965/73	1973/80	1980/87	1988 <sup>a</sup>	1965/73	1973/80	1980/87	1988 <sup>a</sup>
Amostra de 90 países	2,5	1,4	-1,9	1,4	4,8	4,7	5,5	9,8	5,7	5,0	1,2	10,0
<i>Por regiões da Ciel</i>												
África ao sul do Saara <sup>b</sup>	-8,3	4,7	-5,1	-3,6	15,1	0,2	-1,6	3,5	3,0	7,5	-5,8	3,2
Nigéria	-11,2	13,9	-10,8	-24,9	27,0	-1,0	-4,9	8,1	0,0	21,1	-16,5	-7,7
Outros da África ao sul do Saara	-1,9	-1,3	-2,3	5,8	5,7	2,0	1,1	0,5	3,5	2,9	-2,0	5,7
Oriental e Meridional	-2,0	-3,8	-0,9	20,2	5,2	0,7	0,0	-0,9	3,7	0,3	-1,8	10,3
Ocidental	-1,6	1,9	-3,5	-6,3	6,3	3,2	2,0	1,6	3,1	6,2	-2,2	0,3
Ásia	5,0	-0,2	-0,8	2,1	8,3	9,0	9,2	14,6	6,4	8,3	6,0	13,4
China	3,2	-0,6	-2,7	-5,4	1,2	7,5	11,6	7,4	3,3	9,7	14,2	3,6
Índia	4,9	-3,5	3,2	4,1	1,7	5,6	3,6	3,5	-1,3	5,0	5,2	5,9
Países de industrialização recente	2,6	-2,0	0,5	2,2	13,2	13,2	-1,4	19,9	13,8	9,5	7,5	17,6
Oceania	4,9	7,9	-4,0	3,8	8,1	5,2	5,4	9,1	2,2	7,0	-1,0	11,0
EMENA, inclusive Paquistão	-1,1	1,1	-1,9	-2,1	6,2	3,9	5,8	3,0	6,2	5,1	1,7	5,6
América Latina e Caribe	3,0	2,5	-3,5	0,5	-0,8	0,8	2,9	6,8	5,8	3,4	-5,6	8,3
Brasil	-2,7	-4,8	1,7	13,1	11,0	7,3	5,4	12,4	14,2	-0,2	4,4	9,9
Outros	-3,0	4,2	-4,9	-4,1	-1,8	-0,4	2,1	4,7	3,1	4,9	-6,0	7,8
<i>Por grupos de renda</i>												
Países de renda baixa	7,5	-2,6	-0,8	-0,0	1,9	4,8	6,4	5,2	0,5	5,6	6,5	5,5
Grandes	3,9	-2,2	-1,1	-2,9	1,4	6,9	9,1	6,5	0,5	7,5	10,7	4,3
Pequenos	9,1	-2,5	-0,7	7,5	2,2	2,1	1,2	1,9	6,3	3,6	-0,1	8,0
Países de renda média	3,5	2,0	-2,0	1,7	5,2	4,7	5,5	10,5	6,9	6,1	9,2	11,0
<i>Por grupos mistos</i>												
Exportadores de manufaturados <sup>c</sup>	1,7	-2,7	6,4	2,4	8,5	9,8	9,5	14,5	10,1	5,0	6,0	12,9
Exportadores de produtos primários (exceto petróleo)	2,7	-2,8	-1,9	8,0	3,3	6,7	3,6	5,7	2,5	4,3	-1,5	7,7
Exportadores de petróleo	-6,0	10,0	-7,7	-17,4	4,1	-0,8	1,7	4,4	4,7	10,4	-5,8	3,8
Países altamente endividados <sup>d</sup>	1,4	3,5	-2,9	-0,4	3,1	1,1	1,9	5,0	6,9	5,5	-5,9	8,0
Todos em desenvolvimento (exceto os de industrialização recente)	2,1	1,9	-3,0	-0,2	4,0	3,2	3,8	5,5	4,5	5,2	-0,9	6,5
Todos em desenvolvimento (exceto China e Índia)	2,5	1,7	-1,9	1,9	5,1	4,3	5,3	10,1	6,1	5,9	3,2	10,8

FONTE: Bird, Departamento de Economia Internacional.

<sup>a</sup> Dados preliminares.

<sup>b</sup> Exclui a África do Sul.

<sup>c</sup> Índia, Brasil, China, Hong Kong, Índia, Israel, Coreia, Portugal, Cingapura, Taiwan e Jugoslávia.

<sup>d</sup> Índia, Argélia, Camarões, Congo, Equador, Egito, Espanha, Indonésia, México, Nigéria, Síria, Trinidad e Venezuela.

<sup>e</sup> Inclui Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Marrocos, Nigéria, Peru, Filipinas, Venezuela, Iugoslávia, Uruguai, Equador, Bolívia, Costa Rica e Jamaica.

mento desse grupo continuarem abaixo de 15% do PIB, pouco acima da taxa de depreciação, ficam limitadas as perspectivas de ser estabelecida uma posição viável de exportação de manufaturados.

Se o mercado americano for desaquecido, devido, por exemplo, a ações para reduzir drasticamente o déficit fiscal, ou se o protecionismo for ampliado, a presente pressão de demanda por manufaturados cairá. A expansão japonesa parece ter atingido um tal nível de maturidade que seria capaz de acomodar — ou de anular inteiramente — o impacto de uma contração americana sobre os exportadores asiáticos; mas a América Latina, que tem-se voltado tradicionalmente para o mercado americano, seria enormemente afetada. Existem também indicações de que, à medida que a Europa avança na implementação do Projeto para 1992 e que se reforçam os vínculos entre os países da Bacia do Pacífico, poderiam surgir novos blocos de comércio internacional. Baixo crescimento na Europa levaria a lento crescimento das exportações dos países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o aumento do protecionismo não apenas afrouxaria a competitividade e a eficiência, mas reduziria também as oportunidades dos países menos desenvolvidos para conseguirem reservas, que serviriam para atender aos encargos da dívida.

Os países credores poderiam, dessa forma, estar num dilema, já que forneceriam capital para a industrialização dos países em desenvolvimento e depois negariam acesso aos bens produzidos por aqueles países. O recente aumento de barreiras não-tarifárias é discutido em Laird e Yeats (1988), enquanto análise adicional é encontrada em Yeats (1988), assinalando que os produtores nos países industrializados podem esperar maior concorrência dos países em desenvolvimento, na década de 90, nos seguintes setores: vestuário, calçados e produtos de couro e de madeira.

Os mercados internacionais de capital foram fortemente reaquecidos em 1988. Os fluxos para os países em desenvolvimento, contudo, caíram (como mostra a Tabela 11).<sup>5</sup> Os fluxos líquidos para os países em desenvolvimento em 1988 devem ser de cerca de US\$ 16 bilhões, muito próximos dos US\$ 15,8 bilhões de 1987. O saldo global da dívida externa desses países ao final de 1988 deve ter um acréscimo de cerca de US\$ 24 bilhões. O valor para 1987 foi de US\$ 100 bilhões, sendo a maior parte do acréscimo (cerca de US\$ 70 bilhões) devido ao impacto contábil da desvalorização do dólar; uma parte do restante deveu-se ao alongamento do perfil da dívida (de curto para longo prazo) e à capitalização dos juros.

A transferência líquida de recursos<sup>6</sup> dos países altamente endividados, em relação à dívida de longo prazo, foi de US\$ 21,8 bilhões em 1987, devendo situar-se acima dos US\$ 30 bilhões em 1988. Os bancos comerciais continuam a reduzir sua participação na dívida total dos países menos desenvolvidos; em 1987, a queda foi de 59,2 para 56,2%, enquanto as instituições multilaterais tiveram sua participação aumentada em 1,9 ponto de porcentagem. Em 1988,

<sup>5</sup> Para maiores detalhes a respeito, ver World Bank (1988a e 1988b).

<sup>6</sup> Desembolsos menos amortização do principal menos juros sobre os empréstimos a longo prazo.

a parcela dos bancos comerciais deve ter caído de novo, possivelmente para 55,9%. Esses dados incluíam também os créditos comerciais garantidos pelos países industrializados, de modo que a exposição ao risco — em relação aos países em desenvolvimento — é até menor. A mencionada tendência é ainda mais pronunciada no grupo dos países altamente endividados, já que os empréstimos voluntários dos bancos comerciais para eles foram virtualmente interrompidos. As transferências líquidas dos países altamente endividados para os bancos privados, em 1988, alcançaram cerca de US\$ 30,5 bilhões; elas haviam sido de US\$ 20,8 bilhões em 1987, enquanto as instituições multilaterais receberam US\$ 900 milhões. Esses últimos números incluem algumas amortizações antecipadas de países como a Coréia.

Os indicadores econômicos, tais como taxas baixas de crescimento e de investimento e endividamento crescente, sugerem dificuldades crescentes nos países altamente endividados, indicando que a crise da dívida está entrando em fases cada vez mais difíceis. À medida que esses problemas vão se acumulando, eles vão recebendo atenção generalizada. O valor de troca da dívida para com os bancos comerciais está agora substancialmente abaixo do par para a maior parte dos devedores. Um indicador indireto é o preço da dívida no mercado secundário, que tem caído nos últimos meses, como mostram os Gráficos 6 e 7. Parte da volatilidade pode ser atribuída aos US\$ 400 bilhões

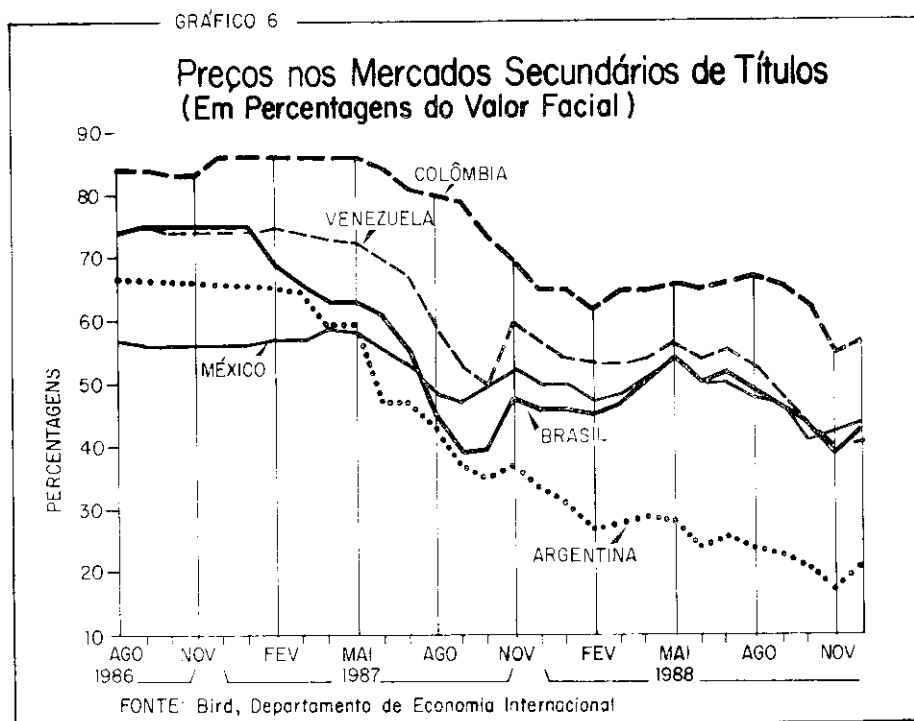
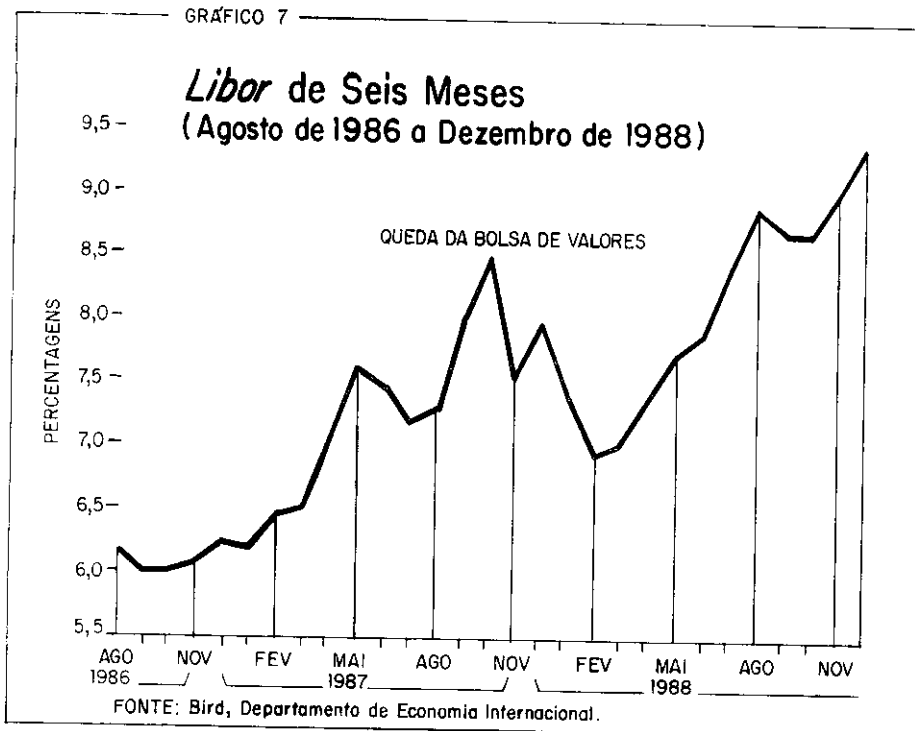


GRÁFICO 7



da dívida dos países em desenvolvimento — dívida de longo prazo, pública ou garantida pelo poder público —, que em 1987 estavam sujeitos a taxas variáveis de juros, conforme mostra a Tabela 6. Para cada ponto de percentagem de aumento da Libor, os encargos anuais de juros dos países em desenvolvimento aumentam US\$ 4 bilhões.

#### 4 — Fatores domésticos

As condições necessárias — mas não suficientes — na frente doméstica para o crescimento a longo prazo são, por um lado, níveis adequados de investimento e, por outro, um quadro de política favorável, capaz de assegurar um clima estável de incentivos. Esses dois fatores estão intimamente associados.

Um levantamento recente de economistas do Banco Mundial apresenta a taxa de investimento (investimento bruto/PIB) de 90 países em desenvolvimento, que era de 25,5% em 1988. Isso está próximo da média do ano anterior (Tabela 6), sendo ainda consistente com os níveis históricos de países que



TABELA 6

## Investimento doméstico bruto dos países em desenvolvimento — 1965/87

	% do PIB (US\$ de 1980)			% do PIB (US\$ correntes)			Crescimento real do PIB (% ao ano)		
	1965/73	1974/80	1981/87	1965/73	1974/80	1981/87	1965/73	1973/80	1980/87
Amostra de 90 países	21,0	25,8	25,1	21,5	26,0	23,7	9,3	6,8	3,1
<i>Por regiões do Banco</i>									
África ao sul do Saara	15,7	22,2	16,0	16,4	21,4	15,7	10,1	4,2	-8,1
Nigéria	12,6	23,0	14,0	15,5	22,3	13,0	15,2	6,6	-14,8
Outros da África ao sul do Saara	18,3	21,3	17,7	16,8	20,6	18,0	7,1	2,1	-2,6
Oriental e Meridional	19,3	19,7	16,7	16,8	18,5	17,0	7,9	-0,7	-1,4
Occidental	16,6	23,4	18,8	16,9	23,8	19,2	6,0	5,8	-4,7
Ásia	21,2	27,0	31,5	22,4	27,8	28,0	9,8	9,0	9,9
China	22,7	29,3	38,2	26,2	31,1	33,4	12,9	8,1	19,0
Índia	19,5	21,9	23,0	18,3	22,8	24,5	3,9	5,7	3,7
Países de industrialização recente	25,6	32,8	30,4	25,6	32,1	27,7	14,0	12,2	4,6
Outros	18,7	24,4	28,2	17,9	24,4	24,8	9,2	10,5	0,1
EMENA inclusive Paquistão	26,5	30,3	27,1	23,2	29,3	26,8	7,9	6,5	6,4
América Latina e Caribe	19,8	23,2	17,5	20,2	23,4	18,5	8,4	5,8	-4,7
Brasil	21,1	24,4	17,0	20,9	23,4	18,3	14,1	4,4	-0,9
Outros	19,4	22,6	17,7	19,9	23,4	18,6	6,2	6,4	-6,7
<i>Por grupos de renda</i>									
Países de renda baixa	20,3	24,6	30,3	21,3	25,6	26,8	6,1	6,9	13,3
Grandes	21,3	26,4	33,1	23,2	28,0	29,6	9,1	7,3	14,9
Pequenos	17,3	17,9	16,8	14,5	16,9	16,3	4,1	4,3	0,4
Países de renda média	21,3	26,2	22,8	21,5	26,2	22,5	9,8	6,8	-2,0
<i>Por grupos mistos</i>									
Exportadores de manufaturados <sup>b</sup>	23,7	27,9	29,2	23,6	27,9	26,6	10,1	7,1	8,8
Exportadores de produtos primários (exceto petróleo)	20,3	22,9	19,6	19,8	23,2	20,2	7,4	4,5	-3,1
Exportadores de petróleo <sup>c</sup>	17,4	25,6	23,0	19,6	26,1	22,3	10,5	8,8	-4,0
Países altamente endividados <sup>d</sup>	20,5	24,8	18,8	20,6	24,6	19,4	8,2	6,5	-5,3
Todos em desenvolvimento (exceto os de industrialização recente)	20,8	25,3	24,6	21,3	25,6	23,3	9,0	6,4	2,9
Todos em desenvolvimento (exceto China e Índia)	20,9	25,6	22,3	20,8	25,5	22,1	9,4	6,7	-1,9

FONTE: Bird, Departamento de Economia Internacional.

<sup>a</sup> Exclui a África do Sul.

<sup>b</sup> Inclui Brasil, China, Hong-Kong, Índia, Israel, Coreia, Portugal, Cingapura, Taiwan e Iugoslávia.

<sup>c</sup> Inclui Argélia, Camarões, Congo, Equador, Egito, Gabão, Indonésia, México, Nigéria, Síria, Trinidad e Venezuela.

<sup>d</sup> Inclui Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa do Marfim, México, Marrocos, Nigéria, Peru, Filipinas, Venezuela, Iugoslávia, Uruguai, Equador, Bolívia, Costa Rica e Jamaica.

tiveram taxas de crescimento da ordem de 4% ao ano. Países com desempenho superior tinham taxas de investimento próximas ou acima de 30%. A África ao sul do Saara, com menos de 15% (taxa semelhante à média dos anos 80, de 15,7%), situa-se num patamar que não oferece perspectivas razoáveis de crescimento da renda *per capita* (ao menos para o conjunto de países da região); a taxa média regional do período 1973/80 foi de 21,4%. Na América Latina a taxa de investimento em 1987 foi de 16%, devendo ser ligeiramente inferior em 1988; mantém-se, dessa forma, a perturbadora tendência de declínio, já que a taxa passou de 23,8% na década de 70 para 18,8% entre 1980 e 1987. Mesmo que mudanças de política resultem em ganhos

de eficiência, parece exageradamente otimista esperar taxas reais de crescimento do produto da ordem de 4% ao ano, sustentadas durante certo período, com taxas de investimento tão baixas. No período 1980/87 as taxas de investimento da EMENA e as da Ásia ficaram em torno de 23%.

As tendências demográficas acentuam as disparidades do desempenho do investimento. Para os países de industrialização recente da Ásia, o investimento bruto *per capita* partiu de US\$ 769 em 1980 e cresceu 3% ao ano até 1987; no caso da África ao sul do Saara (exceto a Nigéria), tais números foram, respectivamente, US\$ 83 e queda anual de 3,7%. Isto significa que, mesmo na improvável hipótese de que a África cresça rapidamente nos próximos anos, será lá pelo ano 2000 que serão recuperados os níveis de renda *per capita* de 1980.

Para que a taxa de investimento cresça, a poupança — doméstica e/ou externa — líquida deve acompanhar o crescimento do investimento. A poupança externa líquida real é a entrada líquida de recursos reais do exterior (transferências líquidas *menos* o saldo da balança comercial e dos serviços não-fatores). Para os países altamente endividados, esta parcela da poupança é grande e negativa. Em termos puramente contábeis, pode-se aumentar a poupança líquida externa pela redução do serviço líquido da dívida. Contudo, para que qualquer dessas mudanças resulte em aumento do investimento, o consumo doméstico tem de crescer menos do que proporcionalmente. As políticas econômicas domésticas, da mesma forma, deverão incentivar a poupança interna para que a redução do serviço da dívida gere aumento do investimento. O nível de poupança interna bruta permaneceu basicamente constante em diversos países, nos anos recentes (na América Latina, o número de referência é 22%). A poupança, contudo, foi parcialmente absorvida por um superávit na conta de mercadorias (saída líquida de recursos reais) de 5 a 6% do PIB, referente ao serviço da dívida. Além da necessidade de realizar uma transferência para o exterior, existe um problema de transferência doméstica. Dado que a maior parte da dívida é atualmente uma obrigação do setor público, enquanto a maior parte das divisas é gerada pelo setor privado, o governo tem de efetuar uma transferência entre os dois setores. Isto é feito basicamente através de impostos, por títulos do governo com elevadas taxas de juros e, com frequência, pelo imposto inflacionário. Esses métodos reduzem a confiança do investidor, elevam o custo do capital, tendem a reduzir o nível de investimento, provocam a fuga de capitais e reforçam a armadilha dos baixos níveis de investimento.

As políticas de ajustamento adotadas pela maioria dos países altamente endividados perseguiram grandes reduções dos déficits em conta corrente, sendo para isto necessário comprimir as importações, de forma a gerar a transferência líquida para o exterior. Os esforços para reduzir o déficit público levaram invariavelmente à redução do investimento público e a pequenas mudanças nos gastos correntes, que são politicamente mais sensíveis. Hicks (1989) apresenta evidências quantitativas para vários países, corroborando aquela idéia. A essência do paradigma do ajustamento, dessa forma, tem sido, pelo lado interno, a contração fiscal, que reduz a demanda agregada e aumenta o desemprego, enquanto uma taxa de câmbio estável e competitiva estimula as

exportações. Para que o crescimento seja retomado, faz-se necessária uma pronta realocação de uma economia mais eficiente e competitiva. Infelizmente, na maioria das vezes, os governantes têm-se mostrado incapazes de superar a resistência de grupos que se beneficiam dos gastos públicos correntes ou das rendas advindas das imperfeições de mercado.

Tem havido ampla discussão sobre o que constitui um nível apropriado para a taxa real de câmbio. As Tabelas 7 a 10 apresentam, para países selecionados, suas taxas de câmbio reais efetivas (TCRE). Igualmente importante, talvez, seja a estabilidade cambial, já que isto é um claro incentivo para o investimento. Balassa (1987) deu ênfase a esses dois pontos em recente discussão sobre taxas de câmbio. Nas Tabelas 7 a 10, onde se toma 1980 como base, notam-se os países que não deixaram suas moedas se valorizarem significativamente em termos reais; os desvios-padrão são uma medida de estabilidade.

Nota-se também nas Tabelas 7 a 10 que os valores médios para a América Latina/Caribe indicam um viés antiexportador até 1985, já que os níveis médios da TCRE eram altos em relação a 1978/80. Na Tabela 3, que sintetizou os grandes agregados, observa-se que a Ásia e a EMENA são as regiões com maior estabilidade da TCRE no período 1980/87, enquanto o grupo de países altamente endividados teve o grau mais elevado de instabilidade e foi o que mais desvalorizou suas moedas, atingindo uma taxa média de 6% ao ano. No entanto, dada a alta instabilidade associada, é difícil avaliar o efeito final da TCRE sobre o desempenho das economias do grupo. Os valores de cada país apresentam grandes divergências de tendência e estabilidade. Um problema adicional é que não se inclui na análise qualquer indicador sobre a adequação do nível inicial da TCRE. É notável, conforme se observa nas Tabelas 7 a 10, que os quatro países de industrialização recente mantiveram relativamente constantes suas TCRE. No outro extremo encontram-se países como Egito e Serra Leoa, que deixaram suas TCRE se valorizar, ainda que com grandes flutuações.

É crescente o reconhecimento de que muitos dos países altamente endividados já estão sofrendo de certa exaustão do endividamento [cf. World Bank (1988b)]. Os ciclos de expectativas elevadas, de falência da maioria dos planos de estabilização, seguidos de queda dos padrões de vida, começaram a afetar suas situações políticas. Tem crescido a oposição às políticas adotadas e aos governantes que as aplicam. Está se tornando cada vez mais difícil a imposição de sacrifícios. Os expedientes de curto prazo tendem a prevalecer, frustrando-se os objetivos sustentáveis a médio prazo. Para que se sustentem os governos que buscam políticas nacionais, torna-se necessário que os planos de estabilização tenham apoio internacional. Seria preciso que tal apoio consistisse em ajuda oficial sustentada para os países de renda baixa, juntamente com a ação oficial, em especial através de medidas tributárias e de regulação, a fim de facilitar a redução da dívida e seu serviço por parte dos credores privados. O recente Plano Brady parece ser um passo nessa direção. Os detalhes, contudo, não estão disponíveis, especialmente em relação à origem dos recursos necessários e se eles serão em montante suficiente para fazer diferença

TABELA 7

América Latina e Caribe: índice da taxa de câmbio real efetiva - 1978/88

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989/87	CV
Argentina	54,5	76,7	100,0	91,0	50,6	42,6	49,7	44,0	44,1	40,9	37,4	57,9	0,381
Barbados	101,0	101,2	100,0	108,9	117,9	123,8	130,6	133,3	124,3	117,1	113,7	119,5	0,087
Bolívia	87,3	91,6	100,0	125,9	136,6	125,4	162,6	279,6	82,2	79,2	75,1	136,4	0,441
Brasil	122,7	112,5	100,0	121,4	128,4	104,2	104,2	100,1	94,4	95,1	102,7	106,0	0,109
Chile	85,2	86,1	100,0	118,0	108,7	86,8	85,3	68,8	59,2	53,9	50,5	84,7	0,265
Colômbia	95,0	97,6	100,0	107,6	114,7	114,2	104,6	91,3	68,1	60,7	58,5	95,2	0,202
Costa Rica	86,6	90,9	100,0	63,5	72,5	83,4	81,9	80,9	72,7	66,0	60,4	77,5	0,140
República Dominicana	98,7	97,5	100,0	101,4	102,8	97,2	71,0	77,7	72,7	60,7	52,5	85,4	0,183
Ecuador	99,4	98,6	100,0	111,8	109,4	104,1	85,9	89,3	71,9	55,2	41,5	81,0	0,202
El Salvador	93,8	95,7	100,0	114,0	122,0	129,9	140,7	150,3	123,4	138,5	158,2	127,4	0,118
Guatemala	103,5	102,3	100,0	109,6	113,1	118,8	119,7	87,2	85,0	81,8	75,7	101,9	0,143
Guiana	97,0	101,0	100,0	108,1	122,5	143,7	146,5	151,5	143,6	73,9	81,4	123,7	0,210
Haiti	93,5	95,1	100,0	105,0	112,7	124,3	131,7	143,6	135,5	118,3	116,4	121,5	0,116
Honduras	85,2	95,2	100,0	107,9	116,1	125,1	131,9	137,7	130,0	123,1	122,1	121,5	0,068
Jamaica	96,0	89,9	100,0	106,5	110,5	104,3	72,9	63,8	66,5	67,7	68,2	86,8	0,218
México	84,0	89,2	100,0	113,6	81,6	71,7	83,8	86,3	60,4	55,8	68,6	81,6	0,221
Nicarágua	81,4	90,2	100,0	124,5	126,2	153,0	176,1	251,1	301,2	441,0	386,9	209,1	0,519
Panamá	101,0	97,6	100,0	102,6	105,4	106,2	106,8	107,7	98,7	92,1	85,4	102,4	0,048
Paraguai	79,4	90,0	100,0	107,8	85,1	88,7	83,5	72,3	72,7	56,3	60,6	84,8	0,181
Peru	87,8	90,3	100,0	118,5	122,6	114,3	114,3	93,8	104,0	118,9	108,2	110,9	0,086
Trinidad Tobago	95,2	97,5	100,0	110,0	121,3	139,4	160,1	167,3	115,8	107,3	100,6	127,7	0,194
Uruguai	71,9	79,4	100,0	112,3	117,5	72,2	89,2	86,9	65,9	64,2	60,5	83,5	0,252
Venezuela	90,8	91,7	100,0	111,9	121,1	110,3	93,6	89,9	75,1	53,8	60,0	94,5	0,216
Média	91,8	93,8	100,0	108,8	109,9	108,0	109,0	114,5	98,7	96,7	93,7	105,7	0,086

FONTE: FMI.

TABELA 8

Leste e Sul da Ásia: índice da taxa de câmbio real efetiva — 1978/88

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989/87	CV
Bangladesh	97,8	97,5	100,0	99,8	95,0	94,1	104,4	107,0	93,0	89,7	87,3	87,9	0,057
Burma	107,8	108,3	100,0	89,9	81,8	94,3	96,3	102,0	105,2	126,5	124,1	105,9	0,108
China Popular	97,5	98,6	100,0	89,1	85,1	83,6	74,3	63,1	45,0	38,9	43,3	72,6	0,274
Fiji	86,5	96,0	100,0	102,6	102,1	102,5	103,7	105,1	94,5	80,5	67,9	99,0	0,077
Hong-Kong	101,8	96,4	100,0	99,8	105,1	96,1	98,8	103,6	92,2	66,8	84,3	97,8	0,097
Índia	90,1	90,1	100,0	103,7	108,0	102,9	102,4	98,8	84,5	76,3	71,1	96,1	0,098
Indonésia	122,2	92,7	100,0	108,6	117,5	95,3	92,4	89,8	69,1	50,8	49,0	90,4	0,221
Coreia	97,6	107,4	100,0	104,4	106,9	102,7	101,3	95,5	80,6	80,2	88,9	95,5	0,101
Malásia	101,2	103,8	100,0	100,4	106,7	111,8	116,1	110,3	92,6	87,8	79,6	103,2	0,089
Nepal	106,0	100,4	100,0	106,1	115,8	117,6	108,1	107,9	95,9	94,7	91,4	105,9	0,076
Fajua Nova Guiné	95,1	93,2	100,0	102,3	100,7	97,4	98,2	94,1	89,0	88,0	86,5	96,2	0,052
Philipinas	87,7	95,0	100,0	102,2	107,1	90,1	89,2	97,9	76,2	70,1	68,2	81,7	0,133
Singapura	89,6	100,4	100,4	105,6	110,7	112,0	113,9	111,1	94,7	68,9	86,9	104,6	0,082
Sri Lanka	80,6	86,9	100,0	106,3	112,8	112,2	124,9	116,7	103,9	93,0	90,9	108,7	0,066
Taiândia	81,2	92,4	100,0	102,8	105,8	106,6	107,2	95,3	85,0	79,9	77,3	88,1	0,101
Taiwan	89,1	92,7	100,0	108,9	107,4	104,0	104,7	102,8	92,5	100,4	103,6	102,6	0,047
Média	97,6	97,0	100,0	102,1	104,5	101,6	102,3	100,1	87,2	83,3	81,3	97,6	0,075

FUNTE: FMI.

TABELA 9

*Europa, Oriente Médio e Norte da África: índice da taxa de câmbio  
real efetiva — 1978/88*

	1970	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989/87	CV
Argélia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Chipre	98,9	99,7	100,0	96,2	94,1	92,0	91,0	91,2	87,7	83,1	81,5	91,9	0,052
Egito	114,1	92,6	100,0	108,0	118,3	133,7	156,0	164,0	156,4	156,6	157,9	136,6	0,172
Grécia	98,1	102,1	100,0	103,2	107,0	99,4	96,5	93,0	87,2	89,2	91,4	86,9	0,086
Israel	90,6	97,8	100,0	101,5	106,3	115,7	108,7	105,2	102,7	100,2	109,9	105,0	0,047
Jordânia	97,4	99,8	100,0	104,6	106,9	107,9	109,9	109,4	100,9	98,4	79,0	103,7	0,059
Malta	95,5	95,0	100,0	108,2	111,8	108,9	107,5	104,2	98,7	95,5	94,4	104,4	0,051
Marrocos	103,9	103,3	100,0	91,5	90,1	84,2	79,4	74,1	70,9	68,5	67,1	82,3	0,126
Paquistão	102,3	99,6	100,0	113,1	103,6	109,6	102,0	95,2	78,6	69,6	67,3	95,3	0,140
Portugal	102,5	96,4	100,0	105,6	105,9	97,5	99,1	100,3	99,3	98,6	98,1	100,6	0,028
Síria	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Tunísia	106,0	101,2	100,0	93,1	93,4	97,4	97,3	96,7	82,7	71,2	69,8	82,9	0,104
Turquia	119,4	120,0	100,0	98,4	93,6	81,6	77,5	78,0	65,4	61,8	62,0	80,8	0,158
Yemen (HA)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Yemen (RPO)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Iugoslávia	103,3	100,0	100,0	105,0	97,6	75,9	74,1	71,3	76,0	77,8	61,9	84,8	0,150
Média	102,6	102,2	100,0	102,9	101,8	99,5	99,9	98,5	92,2	88,5	88,9	87,9	0,099

Fonte: FMI.

TABELA 10

África ao sul do Saara: índice da taxa de câmbio real efetiva — 1978/88

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989/87	CV
+ Benin	103,4	101,3	100,0	104,7	99,7	96,4	96,9	89,4	87,9	87,2	85,3	95,7	0,665
+ Botsuana	93,4	99,4	100,0	90,6	86,6	82,7	85,7	83,5	82,1	78,7	78,6	86,4	0,072
+ Burkinafaso	83,0	101,1	100,0	118,7	130,3	142,2	131,6	134,5	116,6	100,2	87,7	121,8	0,121
Burundi													
Camariéres	102,7	101,7	100,0	91,7	89,8	93,2	94,5	98,8	108,5	122,7	118,7	100,0	0,103
África Central	90,5	96,5	100,0	96,8	95,8	93,3	90,8	93,1	99,1	99,2	92,5	96,0	0,033
Congo	105,4	104,7	100,0	100,3	99,4	95,8	99,1	100,1	101,7	101,8	100,9	99,8	0,018
Costa do Marfim	89,0	98,0	100,0	85,7	78,1	75,2	72,0	72,2	84,5	92,4	92,8	82,5	0,114
Etiópia	103,5	106,5	100,0	109,1	118,5	120,8	136,2	162,4	120,1	102,3	102,5	121,2	0,157
Gabão	97,3	98,6	100,0	88,8	89,7	88,1	84,1	86,7	94,4	92,9	82,0	90,5	0,052
Gâmbia	97,7	98,7	100,0	95,6	96,1	96,7	89,9	98,3	70,6	74,5	80,6	90,2	0,117
Gâmbia	96,7	76,5	100,0	222,4	278,1	186,9	72,1	52,5	30,2	23,3	22,2	120,7	0,745
Guinéa	104,2	101,0	100,0	96,7	100,3	95,0	151,7	100,3	87,0	78,6	72,7	96,0	0,089
+ Lesoto	94,8	98,3	100,0	99,8	95,6	99,6	99,1	97,1	95,0	94,1	92,3	97,5	0,023
Libéria	93,7	95,7	100,0	106,4	114,8	120,2	124,0	123,5	107,6	99,9	100,9	112,1	0,063
Madagáscar	88,4	95,0	100,0	105,8	111,7	112,6	96,5	91,6	96,5	59,0	49,3	95,5	0,170
+ Malávi	93,7	96,1	100,0	99,8	96,0	97,7	96,7	96,9	85,7	77,9	82,8	93,8	0,078
+ Mali	103,7	93,8	100,0	97,6	89,4	89,3	91,5	94,7	93,1	78,2	79,0	91,7	0,068
Mauritânia	102,8	99,8	100,0	115,8	125,8	124,2	117,1	109,6	99,7	94,3	86,5	110,8	0,100
Maurício	103,2	99,9	100,0	103,8	98,8	99,3	96,0	93,1	89,9	81,7	79,8	95,3	0,059
+ Níger	102,5	101,0	100,0	104,7	103,1	89,8	88,8	83,9	79,0	71,8	88,1	90,1	0,123
Nigéria	90,8	93,8	100,0	110,8	113,7	134,3	185,0	166,0	90,9	29,0	32,4	116,2	0,386
+ Ruanda	95,6	102,8	100,0	111,5	130,8	141,4	145,2	146,1	133,2	133,2	135,1	130,2	0,118
Senegal	104,9	104,7	100,0	89,1	91,7	92,2	84,4	103,1	111,9	106,1	100,1	94,6	0,076
+ Seychelles	97,2	104,0	100,0	116,6	116,2	121,9	128,2	129,2	122,7	119,5	117,9	118,3	0,072
Serra Leoa	96,7	100,7	100,0	115,4	143,0	173,9	215,5	176,0	140,0	108,7	131,0	146,9	0,284
Somália	64,4	70,7	100,0	118,4	95,2	105,1	187,8	92,6	61,0	51,5	64,3	99,0	3,337
Sudão	113,3	111,7	100,0	105,7	86,7	84,6	106,9	99,4	94,3	83,8	94,1	95,2	0,091
Tanzânia	94,4	98,8	100,0	129,7	153,5	171,5	175,9	204,6	141,9	68,9	54,9	143,4	0,293
+ Togo	100,0	99,6	100,0	99,9	94,9	94,4	84,3	80,6	80,6	77,7	86,5	90,8	0,074
Uganda	31,9	56,3	100,0	70,3	21,5	19,3	13,0	17,1	18,0	22,3	20,9	35,6	0,837
Zaire	141,7	123,5	100,0	92,6	97,7	114,3	45,6	41,3	41,2	35,7	36,9	71,1	0,433
Zâmbia	104,4	102,4	100,0	102,2	113,9	105,6	90,8	81,0	40,5	42,7	55,8	85,0	0,311
Zimbaluue	100,5	100,6	100,0	107,1	116,0	103,2	103,2	91,8	161,4	161,4	145,8	112,7	0,178
Média	96,6	97,7	100,0	103,2	108,4	108,0	106,7	102,9	91,6	83,7	82,9	100,9	0,063

FONTE: FMI.

TABELA 11

## Saldos e fluxo da dívida dos países em desenvolvimento — 1986/88a

	Todos os países em desenvolvimento			Países altamente endividados <sup>c</sup>			África ao sul do Saara <sup>d</sup>		
	1986	1987	1988 <sup>b</sup>	1986	1987	1988 <sup>b</sup>	1986	1987	1988 <sup>b</sup>
<b>Desembolsos brutos</b>	87,8	86,7	88,0	24,2	23,4	28,2	8,9	9,0	9,5
Oficial	36,9	38,2	38,0	12,5	11,7	15,4	5,4	6,1	n.a.
Multilateral	29,8	22,2	n.d.	8,2	7,3	9,6	3,4	4,0	n.a.
Privado	50,9	48,5	50,0	11,7	11,7	12,9	3,5	2,9	n.a.
<b>Fluxos líquidos</b>	28,5	15,8	16,0	4,5	6,2	6,0	4,2	5,2	5,4
Oficial	19,3	17,6	n.d.	6,3	5,3	6,9	3,8	4,5	n.d.
Multilateral	13,4	12,3	n.d.	5,2	3,4	4,1	2,6	3,0	n.d.
Privado	7,0	-1,8	n.d.	-1,9	0,9	-0,8	0,5	0,7	n.d.
<b>Transferências líquidas</b>	-28,7	-38,1	-43,0	-25,8	-21,8	-31,7	1,7	2,5	2,2
Oficiais	4,4	0,9	n.d.	0,9	-1,8	-1,2	2,5	2,9	n.d.
Multilaterais	5,7	3,0	n.d.	1,8	-0,9	-0,9	1,8	2,1	n.d.
Privadas	-33,2	-39,0	n.d.	-26,6	-20,8	-30,5	-0,7	-0,4	n.d.
<b>Saldo da dívida</b>	893,9	996,2	1.020,0	420,8	457,7	460,8	90,7	109,3	118,5
Oficial	364,5	436,6	450,0	99,4	127,4	133,5	57,8	73,8	n.d.
Multilateral	141,5	176,5	n.d.	47,8	51,2	64,7	21,7	28,1	n.d.
Privada	529,4	569,7	570,0	321,4	330,3	327,3	33,0	35,5	n.d.
<b>Memória de cálculo</b>									
Composição do saldo da dívida (% do total)									
Oficial	40,8	43,8	44,1	23,6	27,8	28,0	63,7	67,5	n.d.
Multilateral	15,8	17,7	n.d.	11,4	13,4	14,0	23,9	25,7	n.d.
Privada	59,2	56,2	55,9	76,4	72,2	71,0	36,4	32,5	n.d.
Dívida a taxas variáveis de juros									
Porcentagem do total	45,1	43,5	n.d.	67,7	65,0	n.a.	22,0	21,7	n.d.
Montante (US\$ bilhões)	361,0	395,0	n.d.	244,0	265,0	n.a.	19,0	23,0	n.d.

FONTE: World Bank (1988b).

a Cobre a dívida pública e a garantida pelo governo, bem como a dívida privada não-garantida de 109 países do Debt Reporting System do BIRD.

b Estimativas.

c Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Costa do Marfim, Equador, Jamaica, México, Marrocos, Nigéria, Peru, Filipinas, Uruguai, Venezuela e Iugoslávia.

d Exclui a África do Sul.

e Dívida pública e garantida pelo governo; a privada não-garantida (cerca de US\$ 90 bilhões) está excluída.

significativa. Existe também uma dúvida a respeito da extensão em que os bancos comerciais estariam dispostos a sofrer prejuízos sobre a dívida antiga e, ainda assim, fornecer dinheiro novo.

## 5 — Testes estatísticos

Os testes estatísticos validam a relação entre o crescimento do produto e as seguintes variáveis: investimento, saldo da balança comercial, exportações e relações de troca. Foi o seguinte o modelo utilizado:

$$GR_i = a_1 + a_2 INV_i + a_3 EXP_i + a_4 TOT_i + E$$



onde, para cada país  $i$ , define-se:

- $GR$  = taxa anual de crescimento, 1980/87;  
 $INV$  = relação média investimento/PIB, 1980/87;  
 $EXP$  = esforço exportador, medido pela diferença entre a taxa real de crescimento das exportações do país e a taxa de crescimento das exportações globais;  
 $TOT$  = variações da razão entre os preços das exportações e os das importações; e  
 $\hat{\epsilon}$  = residuo.

A escolha de um modelo apropriado apresenta vários problemas. Deve-se, inevitavelmente, dedicar bom esforço para aprimorar a análise estatística. Parece razoável esperar que o saldo comercial seja um determinante do crescimento, mas ele se entrelaça com a variável referente ao esforço exportador e, por isso, foi retirado da equação. Em particular, a inclusão da taxa real efetiva (variação de nível e estabilidade) não foi muito satisfatória, já que ela parece estar fortemente correlacionada com a taxa de investimento; isso foi consubstanciado por regressões separadas, não apresentadas no presente texto.

Os resultados estão resumidos na Tabela 12 e a contribuição estimada de cada variável aparece na Tabela 13. A fim de evitar o problema da heterocedasticidade, a amostra de cada país foi ponderada pela raiz quadrada da respectiva população, tomada a média do período 1980/87.

TABELA 12

Resultados de regressões<sup>a</sup> para as taxas de crescimento do PIB — 1980/87

	84 países em desenvolvimento	África ao sul do Saara	Ásia	América Latina	EMENA	Países altamente endividados
<i>Variáveis independentes</i>						
Investimento/PIB	0,286 <sup>b</sup> {0,033}	0,114 <sup>c</sup> {0,062}	0,226 <sup>d</sup> {0,096}	0,109 {0,090}	-0,185 <sup>c</sup> {0,088}	-0,071 {0,062}
Esforço exportador	0,374 <sup>b</sup> {0,046}	0,237 <sup>b</sup> {0,061}	0,511 <sup>b</sup> {0,106}	0,196 <sup>d</sup> {0,058}	0,075 {0,105}	0,252 <sup>b</sup> {0,065}
Relações de troca	0,143 <sup>b</sup> {0,051}	0,206 <sup>b</sup> {0,064}	0,181 {0,137}	0,276 <sup>b</sup> {0,057}	-0,281 <sup>d</sup> {0,151}	0,186 <sup>d</sup> {0,063}
Constante	-0,944 {0,707}	1,290 {1,005}	-0,124 {2,193}	0,577 {1,427}	8,151 <sup>d</sup> {7,046}	3,103 <sup>d</sup> {1,135}
R <sup>2</sup>	0,817	0,582	0,982	0,819	0,818	0,778
Número de observações	84	33	16	2 <sup>2</sup>	12	17

NOTA: Os números entre parênteses são erros-padrão.

<sup>a</sup> *Gross-section*.

<sup>b</sup> Estatisticamente significativo a 1%.

<sup>c</sup> Estatisticamente significativo a 10%.

<sup>d</sup> Estatisticamente significativo a 5%.

TABELA 13  
*Contribuições para o crescimento do PIB — 1980/87*

	84 países em desenvolvimento		África ao sul do Saara		Ásia		América Latina		EMENA		Países altamente desenvolvidos	
	Média	Contribuição para o crescimento	Média	Contribuição para o crescimento	Média	Contribuição para o crescimento	Média	Contribuição para o crescimento	Média	Contribuição para o crescimento	Média	Contribuição para o crescimento
<i>Variáveis independentes</i>												
Investimento/PIB	19,1	151	17,5	92	23,0	85	16,2	179	23,2	-106	16,1	-136
Esforço exportador	-1,4	-15	-2,8	-30	2,4	20	-3,6	-77	1,4	3	-2,4	-74
Relações de troca	-1,8	-8	-2,3	-22	-1,1	-3	-2,2	-65	-0,4	3	-2,8	-62
Constante		-28		60		-2		63		200		372
		—		—		—		—		—		—
<i>Variável dependente</i>	2,4	100	2,3	100	4,7	100	0,4	100	3,7	100	0,7	100

Quando se considera a amostra composta (*pooled*) de 84 países, todos os coeficientes das quatro variáveis independentes têm os sinais esperados e três delas (*INV*, *EXP* e *TOT*) são altamente significativas em termos estatísticos (99%); o  $R^2$  é de 0,950. Ao nível da média, a elasticidade do crescimento em relação à taxa de investimento é próxima de 2, indicando a grande importância do investimento no período (oito anos). A contribuição estimada do investimento para o crescimento é de 151% (cf. Tabela 13).

São os seguintes os principais resultados, por regiões/grupos de países:

a) África ao sul do Saara — A taxa de investimento foi a componente estatisticamente mais significativa (significativa ao nível de 90%), juntamente com o esforço exportador e as relações de troca, também estatisticamente significativas ao nível de 90%. Assim sendo, o quadro geral que resulta da comparação desse grupo com os demais é de baixa taxa de investimento (média de 17,5%), esforço exportador fraco (1,4% abaixo da média) e deterioração das relações de troca, que caíram 2,3% ao ano.

b) Ásia — A regressão para este grupo mostra que a taxa de investimento e o esforço exportador foram estatisticamente significativos ao nível de 95%. A taxa média de crescimento no período 1980/87 foi de 4,7%. Estima-se que o bom desempenho da taxa de investimento, com média de 23%, tenha contribuído com 85% para a taxa média de crescimento. Olhando-se para países isolados, alguns valores da taxa parecem notáveis, como os 31,5% da China e os 30% da Indonésia. Para o esforço exportador, também se observam valores acima da média para a China (7%), Coréia (10%) e Taiwan (9,5%).

c) América Latina — O esforço exportador e as relações de troca da América Latina revelaram-se estatisticamente significativos ao nível de 95%. O valor médio para a taxa de investimento foi baixo (16,2%); o crescimento das exportações foi, em média, de -3,6% (abaixo da média mundial), e as relações de troca se deterioraram à taxa de 2,2% ao ano. Deve-se, de passagem, notar que a redução de receita devido aos efeitos preço e quantidade é comparável à magnitude das obrigações do serviço da dívida.

d) Países altamente endividados — A taxa de investimento não foi estatisticamente significativa para este grupo; o esforço exportador e as relações de troca foram significativas ao nível de 95%. Uma vez que o efeito de ambas as variáveis foi fortemente negativo (-2,4 e -2,8%), conclui-se que se tratam de fatores explicativos importantes do baixo desempenho global desse grupo de países.

e) EMENA — Este grupo apresentou resultados ligeiramente diferentes dos anteriores. O coeficiente da taxa de investimento revelou-se estatisticamente significativo, mas negativo (!). Um exame mais atento dos dados mostra que alguns dos países que investiram muito não tiveram taxas de crescimento elevadas. Isto, por sua vez, sugere que os investimentos nesses países não foram muito produtivos; o resultado assinala também o fato de que altas taxas de investimento precisam ser acompanhadas da devida qualidade.

Desses exercícios estatísticos extraem-se fortes indícios de que, ao nível agregado, bem como para a maioria dos subgrupos, o principal fator na explicação do desempenho da economia é o investimento. A outra variável explicativa importante é o esforço exportador. A direção da causalidade não é clara, mas parece que para amplo espectro de alternativas de política um nível elevado da taxa de investimento é indispensável para que o crescimento seja acelerado. Para o esforço exportador, pode-se também discutir se os ganhos de exportação são uma consequência da adoção de políticas acertadas ou se são os setores competitivos, ao lado dos níveis adequados de investimento, que levam às exportações ou, ainda, alguma combinação das duas coisas. De qualquer forma, os países que tiveram as maiores taxas médias de crescimento no período 1980/87 são, muitas vezes, os que apresentaram taxas de investimento acima da média e que tiveram sucesso em aumentar suas parcelas das exportações mundiais. Da mesma forma, os países que orientam suas exportações para os manufaturados obtiveram os maiores benefícios dos efeitos das relações de troca.

## 6 — As contribuições para o crescimento

Uma forma alternativa de avaliar o desempenho econômico e as experiências aparentemente divergentes dos vários países é através de uma análise de contribuição para o crescimento.<sup>7</sup> Este procedimento usado por Dennison (1967), estima a contribuição para o crescimento global do PIB através da ponderação da parcela de cada componente por sua taxa de crescimento (ver nota *a* da Tabela 14). As contribuições de diversos fatores para o crescimento são mostradas, na Tabela 14, por grupos de países. A taxa média de crescimento do PIB no período 1980/87 foi de 4%. O consumo (público e privado) respondeu por 2,4 pontos percentuais (2,1 do privado), enquanto o investimento e o saldo comercial líquido responderam por 0,8 ponto cada um.

A Ásia teve contribuições do investimento para o crescimento acima da média (a China teve 5,7 pontos percentuais), o mesmo ocorrendo em relação ao saldo comercial (os países de industrialização recente tiveram 1,7 ponto percentual), enquanto a EMENA estava um pouco abaixo da média em todos os aspectos. A América Latina teve uma contribuição do consumo de 1,1 ponto percentual (no caso do Brasil, 2,5 pontos), enquanto o efeito do investimento é negativo (-1,1 ponto de percentagem). A África ao sul do Saara mostrou pequena contribuição do consumo (0,6 ponto percentual), tendo sido negativos os componentes do investimento e das exportações. É também notável que a compressão das importações tenha, no caso dessa parte da África, dado significativa contribuição positiva para o crescimento. Observa-se

<sup>7</sup> Tal análise focaliza o lado da demanda, ao passo que a análise das fontes do crescimento é derivada do lado da oferta.

TABELA 14

## Contribuições para o crescimento dos países em desenvolvimento — 1965/87 a

	Porcentagem do PIB										Contribuição para o crescimento do PIB (% a.a.)									
	1980					1965-80					1980-87					1965-87				
	CP	CG	GDI	X	M	GDP	CONSP	CONSG	IDB	XSNFS	MGNFS	GDP	CONSP	CONSG	IDB	XGNFS	MGNFS			
Amostra de 90 países	63	13	27	21	23	5,9	3,7	0,8	1,7	1,1	1,4	4,0	2,2	0,1	0,8	1,2	0,4			
<i>Por regiões do mundo</i>																				
África ao sul do Saara	55	12	21	26	26	5,2	2,9	0,7	1,3	1,3	1,3	0,3	0,9	-0,5	-1,7	-0,3	-1,6			
Nigéria	62	9	20	26	17	6,8	3,6	0,6	1,6	1,6	1,0	-1,9	-0,2	-0,1	-3,0	-2,0	-3,0			
Outros da África ao sul do Saara	71	15	21	27	34	3,8	2,4	0,6	0,9	1,0	1,3	2,2	2,0	-0,9	0,6	0,7	-0,3			
Oriental e Meridional	73	16	20	23	37	3,3	2,2	0,5	0,6	0,6	0,8	1,6	1,5	-1,0	-0,3	0,7	-0,7			
Occidental	59	14	23	32	38	4,5	2,6	0,7	1,3	1,5	1,9	2,7	2,7	-0,9	-1,1	-0,8	-0,8			
Ásia	61	13	29	23	24	6,2	3,4	0,8	1,8	1,5	1,4	7,2	3,1	0,7	2,8	2,0	1,5			
China	55	16	30	7	8	6,4	3,2	1,0	2,1	0,4	0,5	10,4	3,2	1,0	5,7	1,0	1,2			
Índia	70	10	24	7	10	3,8	2,2	0,5	1,0	0,3	0,7	5,0	3,3	0,9	0,9	0,3	0,5			
Países de industrialização recente	60	12	34	64	69	9,5	5,7	1,0	2,8	4,4	4,9	7,6	3,7	0,4	1,7	6,2	4,6			
Outros	61	11	26	30	28	6,6	3,7	0,7	1,7	2,1	1,7	3,4	2,3	0,3	0,0	1,4	0,5			
EMENA, inclusive Paquistão	51	17	30	22	30	6,3	3,9	1,1	2,1	1,3	2,0	3,3	2,6	-0,1	0,1	1,2	0,6			
América Latina e Caribe	67	11	24	14	16	6,0	4,2	0,7	1,5	0,2	0,8	1,5	1,3	-0,2	-1,1	0,6	-0,7			
Brasil	70	9	23	9	11	8,9	6,2	0,8	2,1	0,7	0,8	3,3	2,4	0,1	-0,2	0,5	-0,5			
Outros	65	11	24	17	18	4,9	3,6	0,6	1,3	-0,2	0,9	0,6	0,7	-0,4	-1,6	0,7	-0,9			
<i>Por grupos de renda</i>																				
Países de renda baixa	64	14	26	9	13	4,8	2,7	0,7	1,4	0,4	0,5	7,6	3,1	0,8	3,5	0,8	0,8			
Grandes	61	14	28	7	9	5,3	2,8	0,8	1,6	0,4	0,4	8,5	3,2	1,0	4,1	0,8	1,0			
Pequenos	79	13	19	17	28	3,2	2,5	0,4	0,7	0,4	0,5	3,2	2,8	-0,3	0,1	0,4	-0,2			
Países de renda média	62	12	27	25	25	6,4	4,0	0,8	1,8	1,5	1,5	2,5	1,9	-0,2	-0,5	1,3	0,2			
<i>Por grupos mistos</i>																				
Exportadores de manufaturas <sup>a</sup>	62	13	29	18	21	6,7	4,0	0,9	2,0	1,2	1,4	6,4	2,9	0,5	2,5	1,6	1,2			
Exportadores de produtos primários (exceto petróleo)	67	13	24	22	27	4,0	2,8	0,6	1,2	1,1	1,2	2,4	2,3	-0,5	-0,7	1,1	0,1			
Exportadores de petróleo <sup>b</sup>	60	11	26	23	20	6,4	4,0	0,7	1,8	0,7	1,3	1,2	1,0	-0,1	-1,0	0,3	-1,0			
Países altamente endividados <sup>c</sup>	65	11	25	16	17	6,2	4,1	0,7	1,6	0,5	1,0	1,1	1,0	-0,1	-1,3	0,4	-0,9			
Países em desenvolvimento (exceto os de industrialização recente)	63	13	25	18	19	5,8	3,6	0,3	1,6	0,8	1,1	3,7	2,1	0,1	0,8	0,8	0,0			
Todos em desenvolvimento (exceto China e Índia)	64	12	26	24	26	6,1	3,9	0,8	1,7	1,4	1,6	2,5	1,9	-0,2	-0,5	1,3	0,2			

FONTE: Bird, Departamento de Economia Internacional.

a. A contribuição para o crescimento do PIB é obtida pela multiplicação da parcela do componente no PIB no ano base pelo crescimento do componente no período. Observe-se a seguinte identidade de crescimento: PIB = consumo privado (CONSP) + consumo do governo (CONSG) + investimento (IDB) + exportações de bens e de serviços não-farmos (XGNFS) - importações de bens e de serviços não-farmos (MGNFS).

b. Exclui a África do Sul.

c. Inclui Brasil, China, Hong-Kong, Índia, Israel, Coreia, Portugal, Singapura, Taiwan e Iugoslávia.

d. Inclui Argélia, Camarões, Congo, Equador, Egipto, Gabão, Indonésia, México, Nigéria, Síria, Trindade e Tobago.

e. Inclui Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa do Marfim, México, Marrocos, Nigéria, Peru, Filipinas, Venezuela, Iugoslávia, Uruguai, Equador, Bolívia, Costa Rica e Jamaica.

na Tabela 14 que os exportadores de manufaturados tiveram, no período 1980/87, uma contribuição de 0,6 ponto percentual das exportações, mas o investimento foi muito mais impressionante, ficando com 2,5 pontos de percentuais. Um bom desempenho do investimento dá uma importante contribuição para o crescimento a curto prazo, já que faz subir a demanda efetiva. Mais importante ainda, o investimento acelera o crescimento a médio prazo. Níveis elevados de investimento permitem à economia a incorporação de progresso técnico com maior facilidade, tornando-a mais eficiente e competitiva, conforme salienta Fardoust (1989). Tanto os exportadores de petróleo quanto os países altamente endividados tiveram maior crescimento em decorrência de compressão das importações. Este pode ser um expediente de curto prazo, mas sua manutenção seria prejudicial a longo prazo.

## 7 — Perspectivas e riscos

Dada a provável continuação de um clima global favorável, os países com níveis elevados de investimento e com políticas domésticas apropriadas continuarão a ter bons resultados. Contudo, mesmo para esses é importante dispor de instrumentos de política que possam ser usados para conter as economias superaquecidas, no momento oportuno, caso apareçam avisos de escassez ou de pressões inflacionárias. Ainda que não se possa estabelecer um limite mínimo para o investimento, as exigências devem ser relacionadas ao crescimento da população e analisadas em termos históricos. O ambiente de política exige um déficit público sustentável e um clima que facilite a mudança de dispêndio em direção às áreas de retorno elevado. Isto não implica grande redução do papel do governo. Tal redução foi uma característica da experiência chilena, mas vários países asiáticos que tiveram sucesso se beneficiaram de políticas governamentais inspiradas, especialmente na área do comércio externo.

Além disso, para que a África ao sul do Saara entre numa rota de crescimento será necessário grande aumento da disponibilidade de recursos, em apoio aos esforços de política. As propostas do Chanceler Lawson na reunião do Comitê Provisório FMI/Banco Mundial em 1987 e, mais recentemente a iniciativa do Presidente Mitterrand na Reunião de Cúpula de Toronto, no sentido de reduzir a dívida de alguns países da região, são passos importantes nessa direção. Embora o Plano Miyasawa dos japoneses tenha objetivos mais amplos, o fato é que, a menos que um fluxo *real* de entrada de recursos substancialmente mais alto comece a ocorrer, as perspectivas imediatas da África ao sul do Saara são de prolongamento da estagnação ou declínio. A América Latina precisa de substancial redução da saída de recursos reais — e dos saldos comerciais correspondentes — a fim de conseguir as importações necessárias ao crescimento. A partir daí a poupança doméstica poderia crescer e prover um superávit cada vez maior, atendendo ao serviço da dívida, após financiar adequadamente o investimento. Enquanto isso, a menos que se reduza o peso

do serviço da dívida, os baixos níveis de investimento continuarão, resultando em nova fadiga da dívida e em maiores possibilidades de desordem social. Uma redução da dívida poderia resultar de ações internacionais específicas e/ou de quedas significativas das taxas internacionais de juro. Esta última hipótese, no entanto, é improvável, a menos que se reduzam os desequilíbrios fiscais.

Embora favorável, o ambiente internacional continua a apresentar riscos,<sup>8</sup> os quais são, em parte, de natureza financeira e se relacionam aos contínuos desequilíbrios internacionais entre os principais países e, também, a questões domésticas, como o aumento da razão dívida/capital próprio. Outro tipo de risco é o de que a incapacidade de resolver questões comerciais venha a ameaçar o sistema multilateral existente. Qualquer desses acontecimentos geraria grandes choques nos países de renda elevada e travaria ainda mais os esforços para reverter o declínio da África ao sul do Saara e da América Latina, tendo conseqüências adversas até para os países de industrialização recente. Tais riscos, no entanto, não são aleatórios: as políticas podem evitá-los.

## 8 — Conclusão

As economias dos países menos desenvolvidos parecem estar seguindo trajetórias divergentes: de um lado, estão os dinâmicos países de industrialização recente, junto de alguns países com níveis inferiores de desenvolvimento, a maioria deles na Ásia; e, de outro, as economias que entraram em retrocesso, tipicamente na África ao sul do Saara. A meio caminho encontram-se as economias estagnadas dos países altamente endividados. Esta divergência de trajetórias está estreitamente associada à adequação da política doméstica para assegurar níveis elevados de investimento, à estabilidade dos incentivos e à habilidade em tirar vantagem das oportunidades do superaquecido mercado da OCDE. Os países altamente endividados geralmente não têm sido capazes de atingir os níveis críticos de investimento por diversas razões, como, por exemplo, a necessidade de gerar superávits comerciais (para atender ao serviço da dívida) e a falta de credibilidade dos agentes para aumentar a poupança doméstica, devendo-se ainda acrescentar os expedientes políticos dos regimes democráticos. Os países da África ao sul do Saara parecem estar presos a uma armadilha da pobreza, com baixos níveis de investimento e exportações geralmente não apropriadas. Este grupo de países precisará, para reverter seu declínio, de entradas de recursos reais do exterior. O grupo dos altamente endividados necessita de um plano de ajustamento que ao mesmo tempo obtenha os recursos para a sustentação do crescimento e restaure a credibilidade. Para ambos os grupos

<sup>8</sup> Em recente trabalho do World Bank (1989) a questão dos riscos é tratada mais pormenorizadamente.

é essencial ter políticas domésticas complementares, a fim de garantir a elevação do investimento, ao invés de ter a entrada de recursos externos anulada por aumentos dos níveis de consumo.

Os precedentes mais óbvios são o Plano Marshall, que revigorou a Europa arrasada no pós-guerra, e, mais recentemente, o guarda-chuva institucional da CEE, que parece ter levado a estabilidade a economias como a Itália, a Espanha, a Grécia e Portugal. Seria oportuno reavaliar o Plano Marshall, a fim de verificar os aspectos que são (e os que não são) relevantes para a presente situação global. Certamente, é bastante atraente o sucesso daquele plano em transferir os recursos necessários em tempo relativamente curto. Uma vez que a ajuda não implicava carga de juros, as autoridades não se preocuparam com os mecanismos financeiros. Havia, contudo, uma substancial estrutura produtiva e uma base de capital humano. Saltos qualitativos deste tipo parecem necessários para superar a exaustão dos enfoques marginalistas cujos resultados vêm sendo medíocres em vários países em desenvolvimento.



TABELA A.1

*Classificação dos países membros em desenvolvimento, por grupos de renda e regiões do Banco*

	África ao sul do Saara		Ásia	EMENA	América Latina e Caribe
	Ocidental	Ocidental			
Grandes			China <sup>a</sup> Índia <sup>a</sup>		
	Burundi Etiópia Quênia →Lesoto Madagáscar →Malávi →Ruanda Somália Sudão <sup>a</sup> Tanzânia <sup>a</sup> Uganda Zaire Zâmbia <sup>a</sup>	→Benin →Burkina Faso República Centro Africana Gâmbia Gana →Mali Mauritânia →Níger Senegal Serra Leoa Togo	Bangladesh <sup>a</sup> Birma Nepal Sri Lanka	Papua Nova Guiné <sup>a</sup>	Haiti
Pequenos					
Países de renda baixa	→Camarões Mocambique	Chad Guiné Equatorial Guiné Guiné-Bissau São Tomé e Príncipe	Alcântara <sup>a</sup> Butão →Kampuchea Laos →Maldivas →Vanuatu Vietnam		
	Não incluídos na amostra de 30 países de WDRB				



TABELA A.2  
Classificação dos países membros em desenvolvimento, por grupos analíticos de WDR<sup>a</sup>

	Países não considerados altamente endividados			Países altamente endividados		Países que não constam da amostra	
Exportadores de manufaturados	China <sup>b</sup>	Coreia	Hungria	Brasil <sup>b</sup>	Algeriã	Suselândia	
	Hong-Kong <sup>c</sup>	Portugal	Polônia	Argentina	Argélia e Turquia	St. Christopher	
	Índia <sup>b</sup>	Cingapura <sup>c</sup>	Romênia	Colômbia	Bélgica	Nevis	
	Israel <sup>b</sup>	Japão <sup>c</sup>		Chile	Santa Lúcia		
Exportadores de produtos primários exceto petróleo	Banladesh <sup>b</sup>	Nicarágua	Equador <sup>b</sup>	Guatemala	Gine Equatorial	Santa Lúcia	
	Barbados	Níger	Malawi	Paraguai	Guiné	Suriname	
	Benin	Paquistão	México <sup>b</sup>	Paraguai	Guiné	Vanuatu	
	Burkina Faso	Panamá	Nigéria <sup>b</sup>	Paraguai	Guiné	Vietnam	
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
	Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné		
Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné			
Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné			
Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné			
Burkina Faso	Panamá	Síria	Paraguai	Guiné			

<sup>a</sup> WDR é uma amostra de 90 países em desenvolvimento, usada pelo IEC para fins de projeção.

<sup>b</sup> Países incluídos no Levantamento de Curto Prazo.

<sup>c</sup> Países excluídos do Levantamento de Longo Prazo (seja por terem sido reclassificados para fins de empréstimos do Brd, seja por não serem membros do Banco). Todos os demais países da amostra de WDR foram incluídos nesse Levantamento.

## Abstract

*This paper reviews the economic performance of developing countries during the 1980s and in particular during the last two years. The average GDP growth rate in the developing countries was 4.1 percent in the 1980/88 period, exceeding that in the industrial countries. A number of dynamic countries, largely in Asia, have done exceedingly well but unfortunately many countries, typically in sub-Saharan Africa, regressed during this period. The highly-indebted countries have generally stagnated. Critical domestic policies appear to include investment rate, stability of incentives and real effective exchange rates while key external factors include buoyancy of the world economy, terms of trade, and the ability of the country to adjust their export profile to establish market share in OECD markets. The investment performance is related to the need to service external debt obligations and ability to provide a climate conducive to domestic savings.*

## Bibliografia

- BALASSA, Bela. Effects of exchange rate changes in developing countries. *The Indian Journal of Economics*, Part II, LXVIII (269), 1987.
- DENNISON, Edward F. *Why growth rates differ: past experience in nine western countries*. Washington, Brookings Institution, 1967.
- DUNCAN, Ronald C. *The impact of technological change on primary commodity exports from developing countries*. [Trabalho apresentado ao seminário "Technology and Long-Term Economic Growth Prospects", do Banco Mundial.] Washington, World Bank International Commodity Markets Division, nov. 1988.
- FARDOUST, Shahrokh. *Long-term outlook for the world economy*. Washington, D. C., World Bank International Economic Analysis and Prospects Division, mar. 1989 (versão preliminar).
- HICKS, Norman. Expenditure reductions in high-debt countries. *Finance and Development*, Washington, mar. 1989.
- LAIRD, Sam, e YEATS, Alexander. *Trends in non-tariff barriers of development countries, 1966-1986*. Washington, World Bank, 1988 (Policy, Planning and Research Working Papers, WPS137).
- WORLD BANK. *Financial flows to developing countries*. Washington, World Bank Debt and International Finance Division, dez. 1988a.

———. *World debt tables, external debt of developing countries*. Washington, World Bank, 1988b, v. I e II.

———. *The developing countries and the short-term outlook for the global economy*. Washington, 1989 (Sec. M89-63).

YEATS, Alexander J. *Shifting patterns of comparative advantage: manufactured exports of developing countries*. Washington, World Bank, 1988 (Policy, Planning and Research Working Paper).

(Originais recebidos em maio de 1989.)